

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
CABO VERDE

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2019

AGENDAS 2030 & 2063



AS SETE ASPIRAÇÕES DA AGENDA 2063 PARA ÁFRICA



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2019

AGENDA 2030 / 2063

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	Oswaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
Vice-Presidente	Celso Hermínio Soares Ribeiro
Diretora Administrativa	Maria Gorete de Carvalho
Departamento/Divisão	Divisão de Estudos, Planeamento e Coordenação Estatística
Edição	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Para mais informações	Nereida Moreira Tel.: (238) 261 3960 / 3827 Fax: (238) 261 1656 Email: nmoreira@ine.gov.cv
Data Publicação	Novembro 2019
Apoio ao utilizador	Divisão de Difusão Email : difusão.ine@ine.gov.cv
© Copyright 2019	Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE

ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA	12
ODS 2 – ERRADICAR A FOME.....	15
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	19
ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	26
OBJETIVO 1 ÁFRICA 2063 - UM PADRÃO DE VIDA ELEVADO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA TODOS OS CIDADÃOS.....	27
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	32
OBJETIVO 2 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS BEM-EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADAS PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	35
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE.....	38
OBJETIVO 3 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS.....	47
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	49
OBJETIVO 4 ÁFRICA 2063 - ECONOMIAS TRANSFORMADAS.....	54
OBJETIVO 5 ÁFRICA 2063 - AGRICULTURA MODERNA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A PRODUÇÃO	56
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA.....	58
OBJETIVO 6 ÁFRICA 2063 - ECONOMIA AZUL / OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÔMICO ACELERADO	59
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.....	61
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS.....	63
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA.....	65
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE	66
OBJETIVO 7 - ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	69
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	71
OBJETIVO 12 ÁFRICA 2063 - INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS	77
ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO.....	79
OBEJETIVO 17 – PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA	84
OBJETIVO 18 ÁFRICA 2063 – JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS	86
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	88
OBJETIVO 19 ÁFRICA - ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E CO-EXISTÊNCIA PACÍFICA	93
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	96
OBJETIVO 20 ÁFRICA 2063 – A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO.....	99
ODS 12 - ASSEGURAR PADRÕES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	101
OBJETIVO 10 ÁFRICA 2063 – ÁFRICA COM INFRAESTRUTURA CRUZADAS DE CLASSE MUNDIAL	102
OBJETIVO 11 ÁFRICA 2063 – VALORES DEMOCRÁTICOS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DOS DIREITOS HUMANOS, DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO BEM ESTABELECIDOS	103

ENTIDADES PARCEIRAS

Agência de Aviação Civil (AAC)
Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)
Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME)
Banco de Cabo Verde (BCV)
Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS)
Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)
Direção Nacional do Ambiente (DNA)
Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
Direção-Geral do Emprego (DGE)
Direção-Geral do Trabalho (DGT)
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)
Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
Ministério da Educação (ME)
Ministério da Justiça e Trabalho
Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)
Ministério de Finanças (MF)
ONU Mulheres

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) chamou a si a responsabilidade de produzir o presente relatório com o objetivo de apresentar os indicadores produzidos pelas Agendas 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e 2063 para a África que queremos. O INE-CV assume tal responsabilidade na qualidade de órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (artigo 24º, da lei nº 48/IX/2019).

Neste sentido, as entidades que têm as responsabilidades de fazer o seguimento e a avaliação das duas Agendas, após a sua nacionalização, terão elementos suficientes que lhes permitirão avaliar o grau do cumprimento dos seus objetivos no país.

Missão, Visão e Valores do INE



APRESENTAÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial das Nações Unidas, constituída por 17 objetivos, 169 metas e 244 indicadores, a Agenda 2063 para África, cujo lema “A África que queremos”, composta por 7 aspirações e 20 objetivos, são duas agendas ambiciosas que o mundo em geral e o continente africano, em específico, terão de seguir para obterem um crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável do planeta.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), à semelhança dos anos anteriores, atenta às suas atribuições e compromissos nacionais e internacionais já assumidos, vem produzindo os relatórios das duas agendas com o objetivo de apresentar a evolução dos indicadores de ambas em Cabo Verde.

A partir do ano de 2019, seguindo as recomendações internacionais, o INE passará a produzir e disponibilizar um único relatório estatístico, respeitando o alinhamento feito pela União Africana, com o objetivo de apresentar quantitativamente os indicadores disponíveis em Cabo Verde.

A produção de alguns indicadores não segue, na íntegra, as recomendações internacionais por falta de dados. Face a tal situação, utilizou-se o indicador internacional apresentado como *proxy*.

No ano em apreço, dos 92 indicadores dos ODS, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) produziu 68, sendo 36 (52,9%) pelo INE, 32 (47,1%) pelos demais órgãos do SEN e 24 (26,1%) por outras entidades nacionais produtoras de estatísticas. Em relação à Agenda 2063 para África, do total de 44 indicadores, o SEN produziu 38 (86,4%) e as outras entidades 6 (13,6%). Destes 38 (86,4%), o INE e os outros órgãos do SEN produziram 50% cada.

Tal como as anteriores, esta publicação representa o trabalho conjunto do INE, dos demais órgãos produtores de estatísticas oficiais e, também, de outras instituições públicas que produzem informação estatística. Com esta publicação, o INE cumpre, assim, a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana.

Resta, finalmente, ao INE agradecer sem delongar a colaboração de todos os profissionais e instituições nacionais e internacionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a publicação deste Relatório.

O INE aproveita esta oportunidade para manifestar a sua total disponibilidade para acolher contribuições dos utilizadores para o Relatório Estatístico de 2020.

Alinhamento das Agendas	
Objetivos da Agenda 2030	Objetivos da Agenda 2063
1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. 8. Promover crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 11. Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	1. Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-Estar para todos os Cidadãos.
4. Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	2. Cidadãos bem-educados e revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.	3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos.
8. Promover crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e promover a inovação.	4. Economias transformadas.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.	5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção.
14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	6. Economia azul / oceano para um crescimento económico acelerado.
6. Garantir a disponibilidade e o gerenciamento sustentável da água e saneamento para todos. 7. Garantir acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos. 13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	7. Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas.
NA	8. Estados Unidos da África (Federais ou Confederados).
NA	9. Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais.
NA	10. África com infraestruturas cruzadas de classe mundial.
NA	11. Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	13. Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade.
NA	14. Uma África Estável e Pacífica
NA	15. Uma APSA totalmente funcional e operacional
NA	16. Renascimento Cultural Africano é preeminente.
5. Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e meninas.	17. Plena Igualdade de Género em Todas as Esferas da Vida.
4. Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 5. Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e meninas.	18. Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	19. África como parceiro importante nos assuntos globais e co-existência pacífica.
10. Reduzir a desigualdade dentro e entre países. 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	20. África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio Desenvolvimento.

Fonte: <https://au.int/en/agenda2063/sdgs>

Agenda 2030 & 2063

Estado dos Indicadores Estatísticos em Cabo Verde

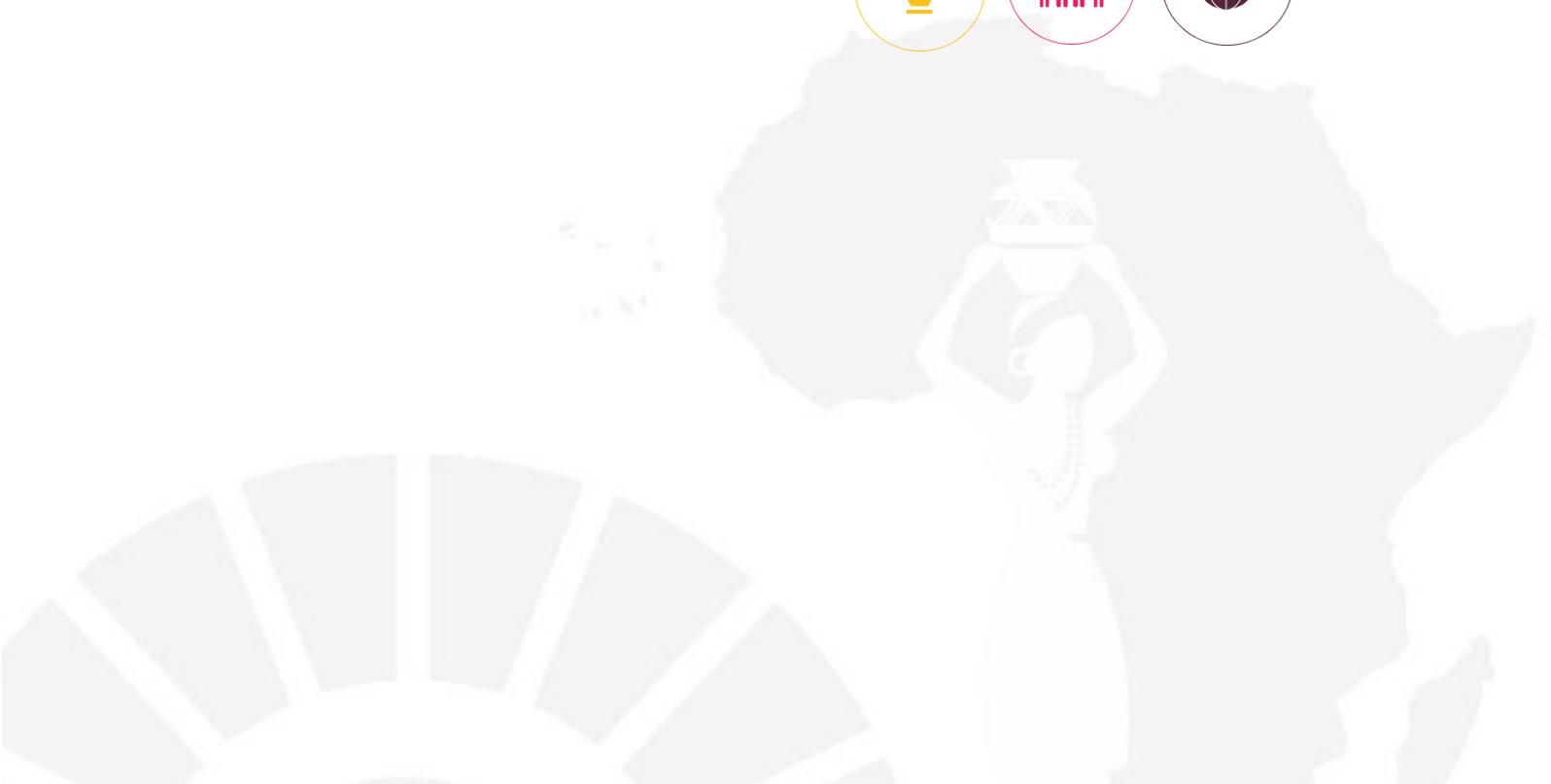
Agenda 2030

9,09% GLOBAIS
43,8% PRODUZIDOS
56,2% NÃO PRODUZIDOS



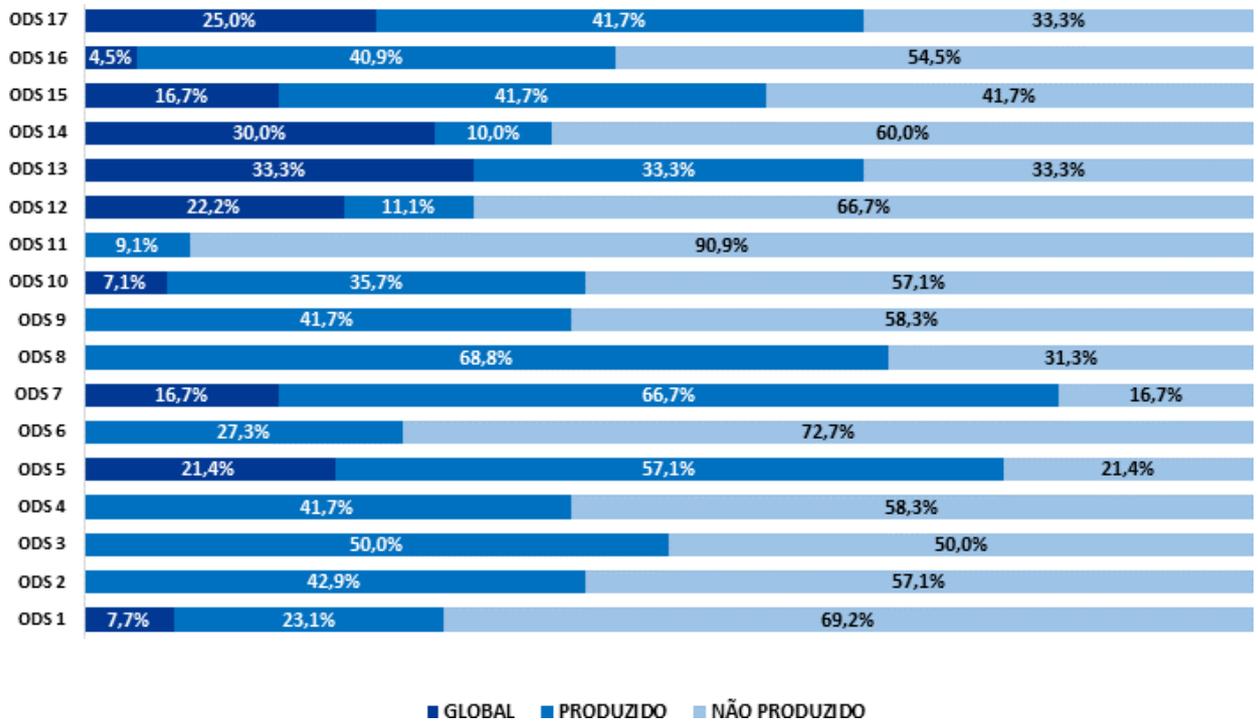
Agenda 2063

17,6% REGIONAIS
72,1% PRODUZIDOS
27,9% NÃO PRODUZIDOS

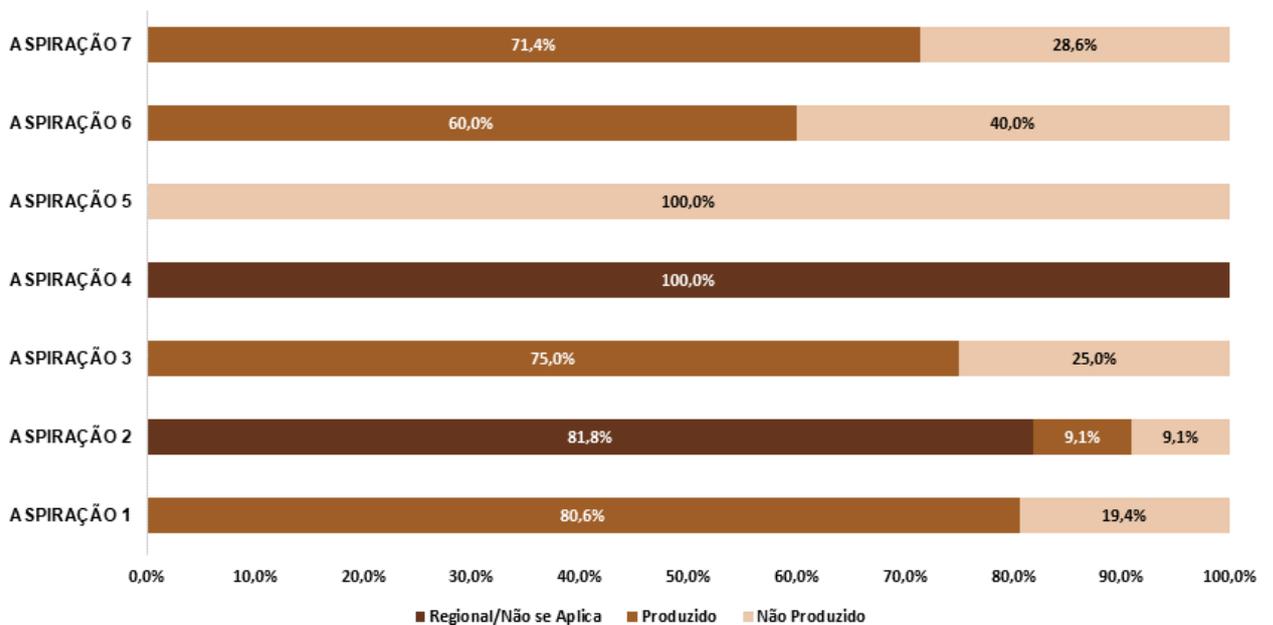


Estado dos Indicadores Estatísticos em Cabo Verde

Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Estatística por Objetivo



Agenda 2063 para África – Estatística por Aspiração





1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

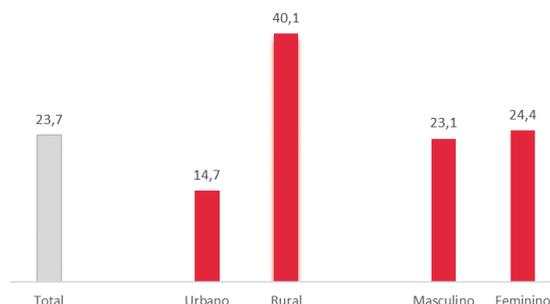
Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Indicador 1.1.1. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Estima-se que cerca de 23,7% da população em Cabo Verde vive em pobreza extrema, com menos de US\$1,90 por dia. A população rural e as crianças são as mais afetadas pela pobreza extrema:

- 40,1% da sua população rural vivem em pobreza extrema contra 14,7% da população urbana;
- 30,4% das crianças menores de 15 anos vivem em pobreza extrema, contra 18,6% e 18,8% respetivamente nas idades ativas de 25-64 anos e na terceira idade, 65 anos ou mais. (gráfico 2)

Gráfico 1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por meio de residência e sexo



Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

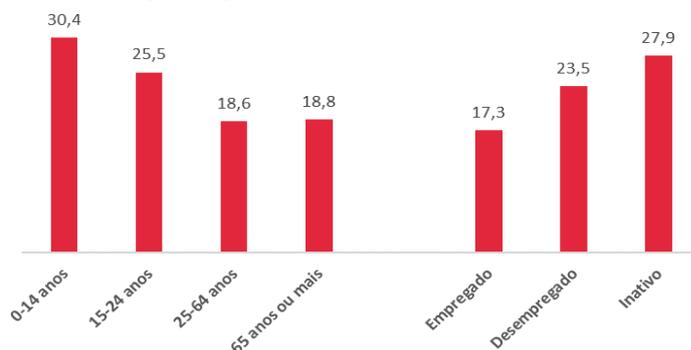


1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Gráfico 2. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90/ dia), por grupo etário e condições perante trabalho (2015)



Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade.

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, o que significa que 179 909 pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem com um consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado em 95.461\$00 CVE no meio urbano e 81.710\$00 CVE no meio rural.

Tabela 1 – Proporção da população pobre, por sexo, grupo etário e população empregada (2015)

Proporção de população pobre (%)	
Cabo Verde	35,2
Sexo	
Masculino	34,5
Feminino	35,9
Grupo Etário	
0-4 anos	44,4
5-14 anos	43,1
15-24 anos	38,4
25-34 anos	27,7
35-64 anos	29,0
65 anos ou mais	27,2
População Empregada	
Masculino	27,1
Feminino	27,4

Nota: Proporção de população pobre= Incidência da pobreza

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Em 2018, de acordo com as informações disponíveis, estima-se que cerca de 48% da população cabo-verdiana foi abrangida por um regime de proteção social, sendo 4,1% pelo regime não contributivo, através da pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS), e 44% pelo sistema contributivo do Instituto Nacional de Previdência Social.

Tabela 2 - Proporção (em %) de pensionistas cobertos por regimes proteção social, por sexo

Proporção (%) da população abrangida por:			
	Proteção social (INPS+CNPS)	Regime Contributivo (INPS)	Regime Não Contributivo (CNPS)
Total	48,0	43,9	4,1
Feminino	49,6	43,8	5,8
Masculino	46,6	44,1	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social e Centro Nacional de Pensão Social

Tabela 3 – Beneficiários do regime não contributivo do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por tipos de pensão

Tipo de Pensão	2017		2018	
	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	21 445	100,0	22 464	100,0
Básica (criança 0-17)	(a)		423	
Básica	17 178	80,1	18 198	81,0
Invalidez	4 088	19,1	3 651	16,3
Sobrevivência	179	0,8	192	0,9

Nota: (a) dados não disponíveis

Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



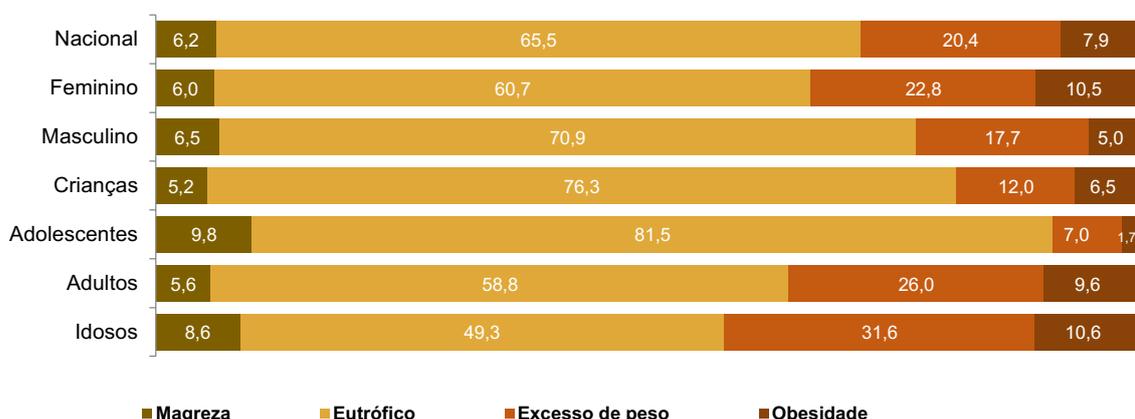
ODS 2 – ERRADICAR A FOME

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Indicador 2.1.1. Prevalência da subnutrição

Como *proxy* para este indicador, a análise do estado nutricional da população cabo-verdiana permite avaliar o nível da prevalência da subnutrição, assim como, o do excesso de peso e obesidade, consequências de estilos de vida sedentários e alimentação desadequada. Em 2015, os resultados do IDRF estimaram que cerca 6,2% da população apresentava estado de magreza, 20,4% excesso de peso e 7,9% obesidade.

Gráfico 3 - Estado Nutricional¹ da população Cabo-verdiana em % (2015)



Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

¹ Nota: (1) A classificação do IMC (Índice de Massa Corporal) segundo a OMS (utilizou-se o z-score de IMC nos indivíduos com idades compreendidas [0 aos 19] anos e classificação do IMC para adultos para os indivíduos com idades superiores a 19 anos); Faixa etária: Crianças (≤11 anos de idade); Adolescentes (12 aos 17 anos de idade); Adultos (18 aos 64 anos de idade); Idosos (≥65 anos de idade);



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Indicador 2.1.2. Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)

Tabela 4 - Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (%)

	2018
Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave	37,7%
Prevalência de insegurança alimentar grave	9,6%

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

Indicador 2.2.1: Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2018, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 11,0% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 11,9% nas crianças do sexo feminino e 10,1% masculino. O atraso de crescimento é mais acentuado nos primeiros 23 meses (13,3%) e no meio Rural.

Tabela 5 - Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)

	2015	2018
TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)		
Desnutrição crónica	11,8	11,0
GRUPO DE IDADE		
< 24	15,7	13,3
≥ 24	9,7	9,4
SEXO		
♀ Feminino	9,8	11,9
♂ Masculino	13,6	10,1
MEIO RESIDÊNCIA		
Urbano	11,3	10,5
Rural	11,2	12,0

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



2.2.2 Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

Tabela 6 - Prevalência de desnutrição aguda e pré-obesidade nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (%)

	2015	2018	2015	2018
TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)	PRÉ-OBSIDADE		DESNUTRIÇÃO AGUDA	
	8,9%	6,00%	3,0	4,40%
GRUPO DE IDADE				
< 24		7,70%		2,10%
≥ 24		5,00%		6,00%
SEXO				
♀ Feminino		5,20%		2,30%
♂ Masculino		6,80%		6,40%
MEIO RESIDÊNCIA				
Urbano		5,90%		4,90%
Rural		6,30%		3,50%

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

Indicador 2.2.3. Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo o estado de gravidez

Tabela 7 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos consideradas anémicas, segundo a situaçãooperante a gravidez

Características sociodemográficas	Anemia segundo o nível de hemoglobina				Efetivo de mulheres
	Anemia (NG <12.0 g/dl / G <11.0 g/dl)	Ligeira (NG11.0-11.9 g/dl / G 10.0-10.9 g/dl)	Moderada (NG 8.0-10.9 g/dl / G 7.0-9.9 g/dl)	Severa (NG < 8.0 g/dl / G < 7.0 g/dl)	
Grávida	22.5	11.7	10.8	0.0	116
Amamentando	17.0	10.2	6.8	0.0	266
Nem um, nem outro	21.0	12.8	7.8	0.4	2,326
Total	20.6	12.5	7.8	0.3	2,708

Fonte: INE, III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (III DSR) (2018)



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Indicador 2.4.1: Proporção da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis

Em 2015, segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, em Cabo Verde havia 36.456 há de área agrícola, da qual 82,5% eram cultivadas.

Gráfico 4 – Área/Superfície agrícola, por tipo de utilização



Fonte: MAA – V Recenseamento Geral da Agricultura 2015



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



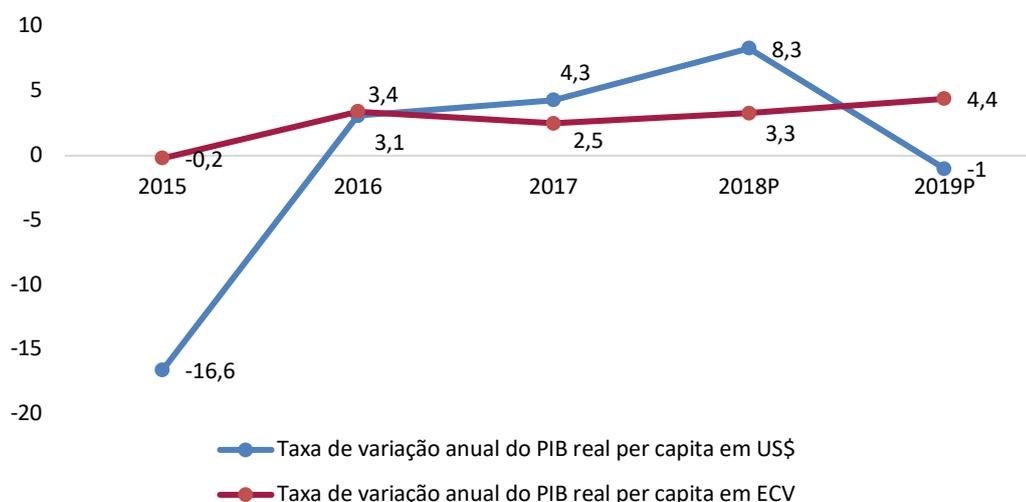
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Indicador 8.1.1 - Taxa de variação anual do PIB real *per capita*

Entre 2015 a 2019, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de 3,6%. Em 2015 e 2019, pode observar uma variação negativa do PIB per capita em dólar, justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de 3,4%, para o mesmo período em análise. A diferença observada nas referidas taxas acima, justifica-se sobretudo pela variação da taxa de câmbio.

Gráfico 5 - Taxa de variação do PIB real *per capita* (2015-2019)



Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 8.2.1 - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 6, nota-se que, em 2019, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de -0,1%, diminuindo em 9,3% p.p. relativamente a 2018.

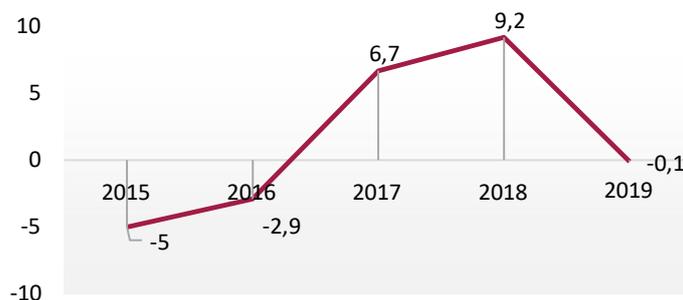


8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Gráfico 6- Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)

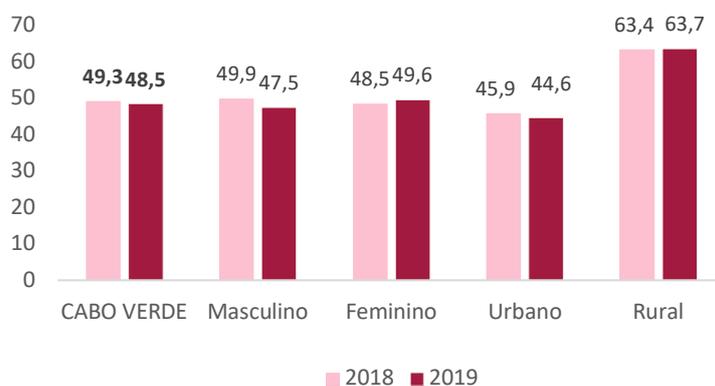


Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 8.3.1 - Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo

De uma forma geral em 2019, 48,5% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícolas, ou seja, eram empregados do setor não agrícola que não beneficiavam de proteção social, nem de férias nem descanso semanal remunerado. Em comparação com 2018 registou-se uma diminuição de 0,8 p.p. A distribuição por sexo mostra que em 2019 houve uma diminuição no sexo masculino em relação a 2018 enquanto que no sexo feminino ocorreu um aumento de 1,1 p.p. no mesmo período. Na comparação por meio de residência a proporção do emprego informal não agrícola no meio urbano diminuiu em 2019 enquanto que no meio rural registou-se um aumento.

Gráfico 7 - Proporção do emprego informal não agrícola por sexo e meio de residência



Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 12,4%, em 2015, para 11,3%, em 2019, diminuindo 1,1 p.p. nesse período. Quanto ao sexo, verifica-se que o desemprego é menor nos indivíduos do sexo feminino no período em estudo, com exceção dos anos de 2016, 2017 e 2019. Neste último, a taxa de desemprego relativamente às mulheres foi de 12,1% e nos homens de 10,7%. No que se refere ao desemprego juvenil (15 – 24 anos), a taxa também diminuiu em ambos os sexos de 2018 a 2019, tendo passado de 24,6% para 22,4%, no sexo masculino, e de 31,9% para 29,2% no feminino.



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Tabela 8- Taxa de desemprego segundo sexo e idade

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3
15-24	28,6	41,0	32,4	27,8	25,0
25-44	11,3	11,7	10,4	11,2	10,8
45-64	5,3	3,9	4,8	5,8	5,7
65+	0,5	3,2	0,9	0,0	0,9
Masculino	13,5	12,9	11,8	12,7	10,7
15-24	28	31,7	29,5	24,6	22,4
25-44	11,3	10	10,1	11,6	9,4
45-64	8,3	5,4	5,0	8,5	7,1
65+	0,3	5,8	0,0	0,0	1,1
Feminino	11,2	17,4	12,8	11,6	12,1
15-24	29,5	52,6	36,4	31,9	29,2
25-44	11,4	13,8	10,7	10,6	12,4
45-64	1,8	2,4	4,6	2,7	4,1
65+	0,8	0,0	1,9	0,0	0,6

Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade economicamente produtiva

Em 2019, a proporção de jovens entre 15-24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação, foi de 28,0%.

Gráfico 8 - Proporção de Jovens dos 15 a 24 anos sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação



Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório

Em 2019, do total de acidentes de trabalho, 2,1% foram fatais e 97,9% não fatais.

Tabela 9 - Proporção de acidentes de trabalho por fatalidade

Ano	Total	Fatais	%	Não Fatais	%
2017	252	7	2,8	245	97,2
2018	395	6	1,5	389	98,5
2019	238	5	2,1	233	97,9

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por setor de atividade, constatou-se que o setor da Indústria foi o que teve maior ocorrência de acidentes de trabalho (72), em 2019. Em contrapartida, o de atividade de transportes registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

Tabela 10 - Acidentes de trabalho por setor de atividade

Setores	Anos		
	2017	2018	2019
Total	252	395	238
Construção Civil	50	43	48
Comércio	32	32	16
Hotelaria/Restauração	40	113	26
Indústria	60	91	72
Metalurgia	24	24	28
Serviços	35	50	40
Transportes	7	3	8
Agricultura	1	1	-
Outros	3	38	-

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho

Indicador - 8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório.

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2019 verificaram-se 219 greves com acordo (- 133 face a 2018), 96 sem acordo (-18 em relação a 2018), 0 pendentes e 24 ficaram como pré-aviso de greve (- 2 face a 2018).



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Tabela 11 - Número de Conciliações (contenda laboral)

Categoria	2016	2017	2018	2019
Com acordo	219	176	352	219
Sem acordo	358	112	114	96
Pendentes	77	124	153	0
Pré-aviso de greve	28	19	26	24

Fonte: Direção Geral do Trabalho

Tabela 12 - Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

Categoria	2016	2017	2018	2019
Acordos despedimentos Individuais	219	176	336	207
Acordos despedimentos coletivos	-	-	-	19
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	16	18

Fonte: Direção Geral do Trabalho

Indicador 8.10.1- (a) Número de bancos comerciais por 100 000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos

Os dois indicadores seguintes 8.10.1 (a) e (8.10.1 (b) foram calculados, pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

De 2015 a 2019, o número de bancos comerciais por 100 000 adultos tem vindo a diminuir. Em 2019, havia 1,9 bancos comerciais por 100 000 adultos.

Tabela 13 - Número de bancos comerciais por 100 000 adultos (a)

Ano	Número
2015	2,3
2016	2,3
2017	2,0
2018	2,1
2019	1,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

O rácio de caixas automáticas por 100 000 adultos tem vindo a aumentar, passando de 49,4 por 100 000 adultos em 2015, para 55,8 por 100 000 adultos em 2019.



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Tabela 14- Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos (b)

Ano	Número
2015	49,4
2016	49,1
2017	50,5
2018	57,7
2019	55,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 8.10.2. Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária em 2015 foi de 57%. Os dados são referentes ao inquérito sobre literacia financeira realizada pelo Banco de Cabo Verde.

Indicador 8.a.1- Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

De 2015 a 2019, constatou-se uma redução de 13,3% nos auxílios para compromisso e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio (cerca de 1 734 milhões de escudos).

Tabela 15 - Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos

Ano	Milhões de escudos
2015	13 010,5
2016	7 068,4
2017	10 136,8
2018	7 039
2019	11 277^P

P – Provisório

Fonte: Ministério das Finanças



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 16 - Programas de estágio profissional

Programa de estágio profissional	
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano Nacional de Emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
2018	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública
	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
2019	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Indicador 11.6.1. Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados pelas cidades

Em 2015, a proporção da população coberta pelo sistema de recolha de resíduos urbanos em Cabo Verde, foi de 85,5%.

Tabela 17 - Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente em todos os municípios

Cabo Verde	85,5%
-------------------	--------------

Fonte: ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2015



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



OBJETIVO 1 ÁFRICA 2063 - UM PADRÃO DE VIDA ELEVADO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA TODOS OS CIDADÃOS

Indicador 01: PIB Real *per capita*

Os dados da tabela 18 mostram uma tendência ascendente do PIB Real *per capita* em escudo cabo-verdiano, de 2015 a 2019. No que se refere ao PIB per capita real em US dólar, constata-se, também, a mesma tendência de 2015 a 2018. Entretanto, nota-se uma diminuição deste indicador em 2019, relativamente a 2018, por causa do aumento da taxa de câmbio do dólar no mesmo período.

Tabela 18 – PIB Real *per capita*

	2015	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P
PIB Real (milhões de ECV)	140 297	146 899	152 337	159 240	168 265
População	524 833	531 239	537 661	544 081	550 483
Taxa cambio média USD	99,39	99,69	97,89	93,39	98,50
PIB Real <i>per capita</i> em ECV	267 316,9	276 520,9	283 332,5	292 676,1	305 667,5
PIB Real <i>per capita</i> em US\$	2689,7	2773,8	2894,5	3133,9	3103,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde

Indicador 02: Taxa de desemprego segundo sexo, idade e meio de residência

Em 2019, a taxa de desemprego situou-se em 11,3%, tendo diminuído 1,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2015. Em termos de idade, nota-se que o desemprego tem maior incidência nas pessoas com idade entre 16 e 24 anos. Quanto ao género o desemprego é maior nas mulheres (12,1%) comparativamente aos homens (10,7%). Em 2019, o meio rural concentrou maior proporção de desempregados. Ver tabela 19.

Tabela 19 - Taxa de desemprego segundo sexo, idade e meio de residência

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	12,4	15	12,2	12,2	11,3
16-24	29,1	40,8	32,5	27,5	25,0
25-34	14,6	15,4	12,9	15,0	13,3
35-44	6,9	6,4	7,2	5,9	7,7
45-54	5,9	3,8	5,5	5,9	6,2
55+	3,3	4,0	2,9	4,7	4,3
Masculino	13,5	12,9	11,8	12,7	10,7
Feminino	11,2	17,4	12,8	11,6	12,1
Urbano	14,2	16,9	13,4	12,4	11,0
Rural	7,9	10,3	8,8	11,5	12,0

Fonte: INE, IMC - Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Indicador 03: Índice de Gini

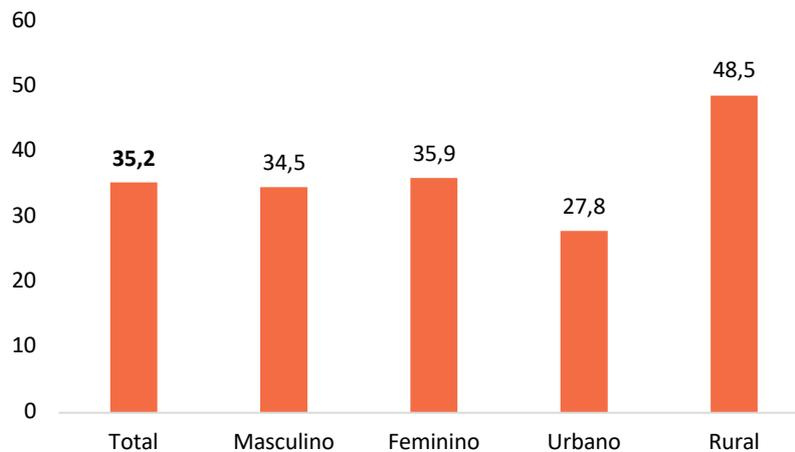
Para se caracterizar o nível e a evolução da desigualdade no consumo, a literatura oferece vários índices, sendo o mais importante e mais utilizado o de Gini.

Este indicador varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0 (zero) menor é a desigualdade social. Segundo os dados do IDRF, nota-se uma diminuição deste indicador em 2015 (0,42) comparativamente a 2007 (0,47), traduzindo numa melhoria da igualdade social.

Indicador 04: Percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional

De acordo com os dados do IDRF 2015, 35,2% da população cabo-verdiana vive abaixo da linha de pobreza, sendo as mulheres (35,9%) e as pessoas que vivem no meio rural (48,5%), as mais afetadas.

Gráfico 9 - Percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional



Fonte: INE - III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 06: Percentagem da população com acesso à água potável segundo meio de residência

Os dados apresentados na tabela 20 indicam a proporção da população com acesso a fontes melhoradas de água potável, isto é, acesso à água através da rede pública de distribuição (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos). Entre 2015 e 2019, verificou-se um ligeiro aumento, passando de 85,1% para 85,5% da população com acesso a uma fonte melhorada de água potável.



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Quanto ao meio de residência, nota-se uma maior utilização da água potável no meio urbano (91,6%) do que no rural (72,8%).

Tabela 20 - Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável² por meio de residência em %

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	85,1	85,5	85,2	86,0	85,5
Meio residência					
Urbano	92,1	92,3	90,5	92,0	91,6
Rural	71,3	71,5	73,7	73,2	72,8

Fonte: INE, IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 07: Percentagem da população com acesso à energia elétrica segundo meio de residência

Em 2019, cerca de 92,2% da população residente afirmou ter acesso à energia elétrica, tendo aumentado 5,6 pontos percentuais face a 2015. Contudo, cerca de 94,1% da população no meio urbano teve acesso à energia elétrica, enquanto no meio rural 88,4% da população afirmou tê-lo.

Tabela 21 - Percentagem de população com acesso à energia elétrica por meio de residência

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	86,9	90,1	90,1	90,3	92,2
Meio Residência					
Urbano	90,6	93,5	92,3	91,7	94,1
Rural	79,6	83,4	85,7	87,5	88,4

Fonte: INE, IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 09: Percentagem da população com acesso à internet, segundo sexo e meio de residência

Os dados apresentados na tabela 22 indicam que, em 2019, 61,9% da população cabo-verdiana tem acesso à internet, sendo que as maiores incidências recaem sobre os homens e pessoas que vivem no meio urbano, com 62,9% e 69,0% de acesso, respetivamente.

² Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Tabela 22 - Percentagem da população de 10 anos ou mais com acesso à internet, segundo sexo e meio de residência

	2018	2019
Total	58,2	61,9
Urbano	64,7	69,0
Rural	44,3	47,5
Homem	62,2	62,9
Mulher	56,9	61,0

Fonte: INE, IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

Indicador 10: Percentagem da população que usam internet, por meio de residência

Mais da metade da população com 10 ou mais anos declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista. Nota-se uma maior utilização da internet no meio urbano (69,0%) e entre os homens (62,9%).

Tabela 23 - % da população com 10 ou mais anos que utiliza a Internet

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	41,8	50,4	57,2	58,2	61,9
Urbano	50,7	57,4	63,8	64,7	69,0
Rural	25,7	36,2	43,3	44,3	47,5
Homem	44,6	50,9	57,9	62,2	62,9
Mulher	39,3	49,8	56,5	56,9	61,0

Fonte: INE, IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

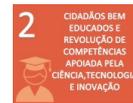
SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Ano	Valor	OBJETIVO 2: CIDADÃOS BEM EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADA PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Ano	Valor
Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo). Masculino <i>(Indicador 4.2.2)</i>	18/19	82,4	Percentagem de crianças em idade do pré-escolar a frequentar a educação pré-escolar, total <i>(Indicador 12)</i>	2019	83,7
Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo). Feminino <i>(Indicador 4.2.2)</i>	18/19	84,2	Percentagem de crianças em idade do pré-escolar a frequentar a educação pré-escolar, meninos <i>(Indicador 12)</i>	2019	82,8
Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização <i>(Indicador 4.5.1)</i>	18/19	0,92	Percentagem de crianças em idade do pré-escolar a frequentar a educação pré-escolar, meninas <i>(Indicador 12)</i>	2019	84,6
Índice de paridade da taxa bruta de Admissão <i>(Indicador 4.5.1)</i>	18/19	0,98	Taxa líquida de escolarização no ensino básico, total <i>(Indicador 13)</i>	2019	93,3
Escolas com eletricidade (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2019	84,3	Taxa líquida de escolarização no ensino básico, meninos <i>(Indicador 13)</i>	2019	94,8
Escolas com internet para fins pedagógicos (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2019	18,0	Taxa líquida de escolarização no ensino básico, meninas <i>(Indicador 13)</i>	2019	91,9
Escolas com computadores para fins pedagógicos (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2019	32,2	Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, total <i>(Indicador 14)</i>	2019	53,9
Escolas com acesso a água potável (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2019	97,0	Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, meninos <i>(Indicador 14)</i>	2019	46,4
Escolas com instalações sanitárias (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2019	99,0	Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, meninas <i>(Indicador 14)</i>	2019	61,5
Professor com formação na Educação pré-escolar (%) <i>(Indicador 4.c.1)</i>	18/19	31,2	Proporção de professores qualificados em Ciências ou Tecnologia ou Engenharia ou Matemática (STEM), total <i>(Indicador 15)</i>	2018	16,9
Professor com formação no Ensino Básico (%) <i>(Indicador 4.c.1)</i>	18/19	97,3			
Professor com formação no Ensino Secundário (%) <i>(Indicador 4.c.1)</i>	18/19	97,0			



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em apreço, tendo o valor mais elevado sido registado no sexo masculino (90,7%), em 2016, e o mais baixo, em 2019, também no mesmo sexo, situando-se nos 82,4%.

Tabela 24 - Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

Sexo	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Masculino	87,7	90,7	86,2	82,8	82,4
Feminino	84,7	89,4	88,9	84,6	84,2

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

Tabela 25 - Proporção da população com competências em utilização das TIC por tipo de competências

	Total	Masculino	Feminino
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	78,7	78,4	79,1
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	69,8	68,3	71,3
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (exemplo: excel)	40,7	42,1	39,2
Compactar ou zipar ficheiros	32,8	35,6	29,8
Instalar e ligar hardware (exemplo: impressora, modem, câmaras)	24,0	29,2	18,5
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (exemplo: visual basic)	9,1	12,2	5,8
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (exemplo: câmaras digitais)	63,5	67,9	58,8
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	32,4	32,6	32,2
Instalar um sistema operativo (exemplo: windows) ou substituir sistemas operativos	13,4	18,1	8,4
Outra atividade considerada relevante	14,0	16,9	10,8

Fonte: INE, IMC - Acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação



Indicador 4.5.1. Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Em relação à paridade da escolarização no ensino básico, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino nos anos em análise foi sempre superior à dos do feminino. Em 2018/2019, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 92 do feminino escolarizados.

Tabela 26 – Índice de paridade da Taxa Bruta de Escolarização

Período	Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização
2014/15	0,92
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,92
2018/19	0,92

Fonte: Ministério da Educação

O índice de paridade no acesso variou entre 0,95 e 1,01 no período em análise. Esta variação traduz-se em pequenas diferenças no acesso ao ensino básico em favor dos rapazes, com exceção ao ano letivo 2017/18 em que o acesso é de 101 meninas para cada 100 rapazes.

Tabela 27- Índice de paridade da taxa bruta de Admissão

Período	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,01
2018/19	0,98

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Segundo dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade em 2019 foi de 84,3%. Regista-se que 32,2% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos, no entanto, apenas 18,0% têm internet para o mesmo fim. Quanto a escolas com instalações sanitárias, observa-se que 99% possuem- nas e 97,0% têm acesso a água potável.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Tabela 28- Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias

Indicadores	2016	2017	2018	2019
Escolas com eletricidade	73,4	76,5	79,3	84,3
Escolas com internet para fins pedagógicos	-	9,5	15,9	18,0
Escolas com computadores para fins pedagógicos	-	40,8	42,0	32,2
Escolas com acesso à água potável	94,8	97,1	98,8	97,0
Escolas com instalações sanitárias	97,2	98,5	97,8	99,0

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.

Da análise da tabela 29, constata-se que a maioria dos professores possui formação para lecionar nos ensinos básico e secundário. Nota-se um aumento contínuo de docentes formados nesses dois níveis, passando, respetivamente, de 97,1 e 88,7% em 2014/15, para 97,3 e 97,0%, em 2018/19, traduzido num aumento de 0,2 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 8,3 pontos percentuais do secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por decréscimos contínuos nos últimos anos letivos, pese embora um ligeiro aumento (1,6%) em 2018/19.

Tabela 29- Professores com formação (%)

	Nível de instrução		
	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	39,4	97,1	88,7
2015/16	30,4	97,6	90,3
2016/17	29,5	98,7	91,6
2017/18	29,6	97,4	98,5
2018/19	31,2	97,3	97,0

Fonte: Ministério da Educação



OBJETIVO 2:

Cidadão bem educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação.



OBJETIVO 2 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS BEM-EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADAS PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicador 12: Percentagem de crianças em idade do pré-escolar a frequentar a educação pré-escolar

A frequência à educação pré-escolar para crianças dos 4 aos 5 anos em 2018/19 foi de 83,7%, tendo aumentado 3,5 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2017/18. Em termos de género, constata-se uma ligeira vantagem para as meninas nos últimos quatro anos (período em análise).

Tabela 30 - % de crianças na idade do pré-escolar a frequentar este nível

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/2019
Total	85,1	87,8	82,3	80,2	83,7
Rapaz	85,9	86,6	80,9	79,4	82,8
Menina	84,4	89,0	83,7	81,0	84,6

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 13: Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo

A taxa líquida de escolarização no ensino básico (1º - 8º ano) evidencia a frequência de crianças em idade normal (6 - 13 anos) de escolarização deste nível de ensino. Os dados da tabela 31 indicam que 93,3% das crianças com idade entre 6 e 13 anos estavam a frequentar o ensino básico. No período de 2014/15 a 2018/19, verifica-se uma certa estabilidade do valor deste indicador. Quanto ao sexo, tem-se verificado algumas diferenças com vantagens para as meninas.

Tabela 31 - Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/2019
Total	91,4	91,7	92,3	92,4	93,3
Rapaz	93,0	93,3	93,8	94,0	94,8
Menina	89,7	90,0	90,8	90,9	91,9

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 14: Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo

A taxa líquida de escolarização no ensino secundário tem estabilizado à volta dos 53% nos dois últimos anos, tendo aumento em cerca de 2,9 pontos percentuais em relação ao ano letivo 2014/15. A diferença de escolarização entre rapazes e meninas em idade normal de escolarização é significativa, tendo as meninas uma vantagem de 14 a 15 pontos percentuais relativamente aos rapazes, durante o período em análise.



OBJETIVO 2:

Cidadão bem educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação.



Tabela 32– Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo em %

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/2019
Total	51,0	52,1	53,1	53,3	53,9
Rapaz	43,8	44,9	46,0	45,7	46,4
Menina	58,3	59,5	60,4	61,1	61,5

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 15: Proporção de professores qualificados em Ciências ou Tecnologia ou Engenharia ou Matemática (STEM), total

Tabela 33– Proporção de professores qualificados em STEM

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Total	20,2	16,2	13,5	16,9	16,7
Proporção de professores STEM qualificados, homens	25,3	19,5	16,5	19,5	19,5
Proporção de professores qualificados em STEM, mulheres	14,2	12,6	10,2	13,9	13,7

Fonte: Ministério da Educação

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 3 – SAÚDE DE QUALIDADE	Ano	Valor	OBJETIVO 3: CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS	Ano	Valor
Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos (<i>Indicador 3.1.1</i>)	2018	37,9	Taxa de mortalidade materna (<i>Indicador 18</i>)	2018	37,9
Proporção de nascimentos (nados vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado (%) (<i>Indicador 3.1.2</i>)	2018	92,9	Taxa de mortalidade neonatal (<i>Indicador 19</i>)	2018	92,9
Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos (<i>Indicador 3.2.1</i>)	2018	14,6	Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos (<i>Indicador 20</i>)	2018	14,6
Taxa de mortalidade Neonatal por 1 000 nados vivos (<i>Indicador 3.2.2</i>)	2018	8,6	Percentagem de partos assistidos por profissionais qualificados (<i>Indicador 21</i>)	2018	8,6
Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes (<i>Indicador 3.3.1</i>)	2018	0,92	Número de novos casos de infeção por HIV por 1000 habitantes (<i>Indicador 22</i>)	2018	0,92
Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes (<i>Indicador 3.3.2</i>)	2018	33	Taxa de incidência da tuberculose por 1000 habitantes (<i>Indicador 23</i>)	2018	33
Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes (<i>Indicador 3.3.3</i>)	2018	0,04	Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes (<i>Indicador 24</i>)	2018	0,04
Taxa de Incidência da Hepatite B por 100 000 habitantes (<i>Indicador 3.3.4</i>)	2018	1,7	Percentagem de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) com acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Total de mulheres e população com 15 – 45 ano (Método moderno) (<i>Indicador 17</i>)	2018	54,6
Taxa de mortalidade por lesões Auto provocadas intencionalmente (suicídio) (%) (<i>Indicador 3.4.2</i>)	2016	2,3	Prevalência de baixo peso em crianças menores de cinco anos (<i>Indicador 26</i>)	2018	11,0
Proporção de mulheres unidas 15-49 anos, que utiliza algum método contraceptivo (%) (<i>Indicador 3.7.1</i>)	2018	55,8			



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



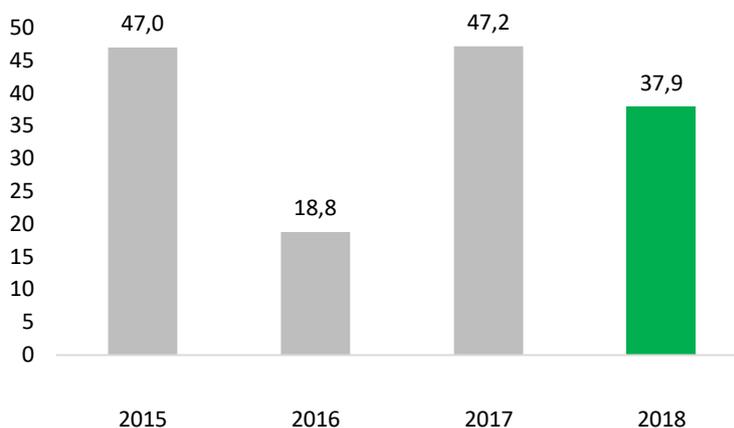
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos

A taxa de mortalidade materna, no período em análise, conheceu uma oscilação acentuada, como se pode constatar no Gráfico 10, sendo considerado um indicador volátil se a tiver em conta o número de óbitos maternos que lhe está subjacente. Em 2018, a taxa foi de 37,9 por 100 000 nascidos vivos, valor superior ao registado em 2016, que foi de 18,8 por 100 000 nascidos vivos e inferior aos anos de 2015 e 2017.

Gráfico 10 - Taxa Mortalidade Materna por 100 000 nascidos vivos



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

Ao longo dos anos em análise, verifica-se que mais de 90% dos nascimentos ocorreram em estruturas de saúde e foram assistidos por pessoal de saúde qualificado. Em 2018, o valor registado foi de 92,9%.

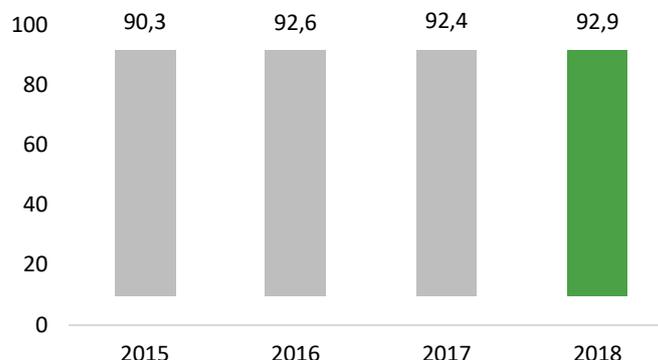


3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Gráfico 11 - Proporção de nascimentos (nados vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado - médicos e enfermeiros

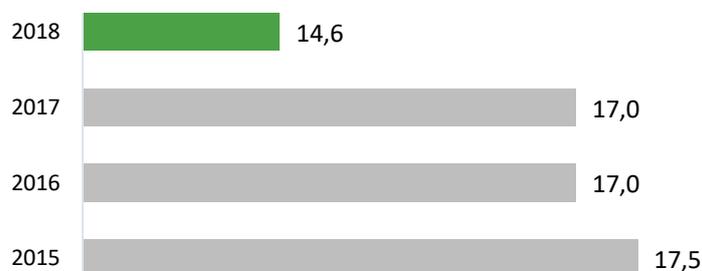


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

A taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos registou uma diminuição ao longo da série dos últimos quatro anos e apresenta valores abaixo dos fixados para a meta de 2030 (de para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos). Em 2015, a taxa de mortalidade era de 17,5 por 1.000 nascidos vivos e passou para 14,6 por 1 000, em 2018.

Gráfico 12 - Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1 000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, o número de óbitos de crianças entre 0 e 27 dias por cada mil nascidos vivos, vem registando uma diminuição ao longo dos anos, apresentando, desde 2015, valores abaixo da meta fixada para 2030 (de 12 por 1 000 nados-vivos). Em 2018, registou-se uma taxa de mortalidade neonatal mais baixa dos últimos quatro anos, 8,6 por 1 000 nados-vivos.

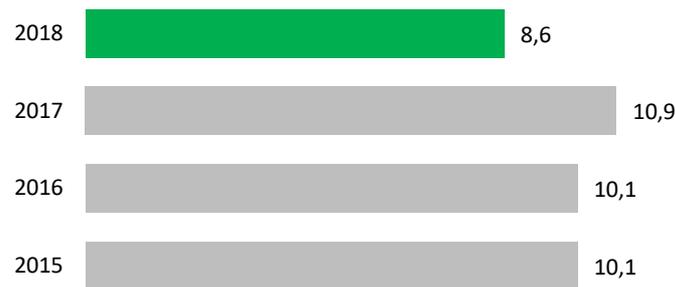


3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Gráfico 13 - Taxa de Mortalidade Neonatal por 1 000 nados-vivos



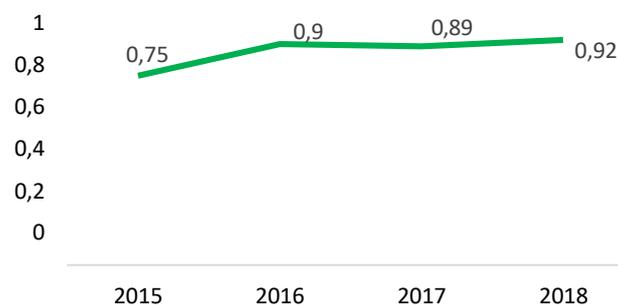
*por mil nascidos vivos, segundo as projeções do INE

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2018, o número de novos casos de HIV representou uma taxa de 0,92 por 1 000 habitantes. Observa-se ainda que, desde 2015, o número de novos casos tem vindo a aumentar.

Gráfico 14 - Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes

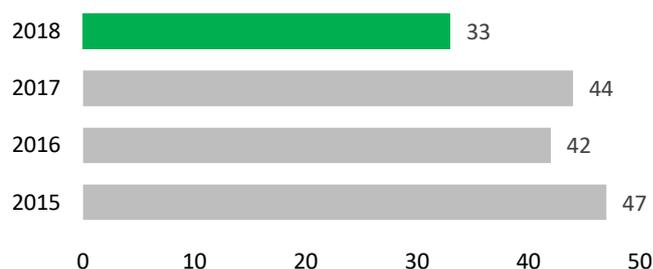


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes

Em 2018, registou-se uma taxa de incidência de 33 novos casos por 100 000 habitantes, inferior aos registados nos últimos três anos (2015 a 2017).

Gráfico 15 – Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018



3 SAÚDE DE QUALIDADE

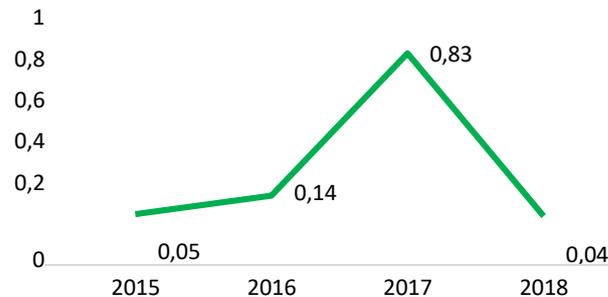
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

Em 2018, registou-se uma diminuição considerável da taxa de incidência do paludismo (malária) 0,04 por 1000 habitantes, comparativamente ao ano de 2017 (0,83).

Gráfico 16 - Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

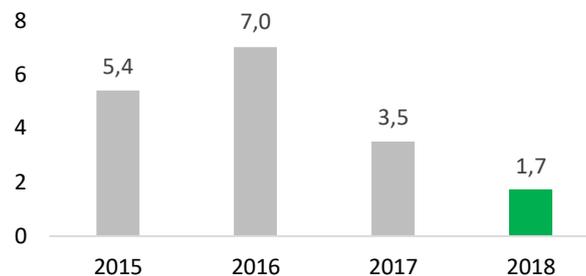


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 000 habitantes

A taxa de incidência da Hepatite B passou de 5,4, em 2015, para 7,0 por 100 000 habitantes, em 2016. Em 2017 e em 2018 registaram-se taxas inferiores, 3,5 e 1,7 respetivamente.

Gráfico 17 - Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias.

No que diz respeito a este indicador, só se apresentam os dados de 2018. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 161,2 por

100 000 habitantes, sendo superior entre as mulheres (176,9) comparativamente aos homens (145,7). Como segunda causa de morte, encontram-se as afeções respiratórias com 77,4 por 100 000 habitantes. Os tumores ou neoplasias são a terceira causa de morte, correspondente a 61,6 por 100 000 habitantes em 2018.



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Tabela 34 - Distribuição de mortalidade geral por (100.000 habitantes), por CID10, segundo Sexo

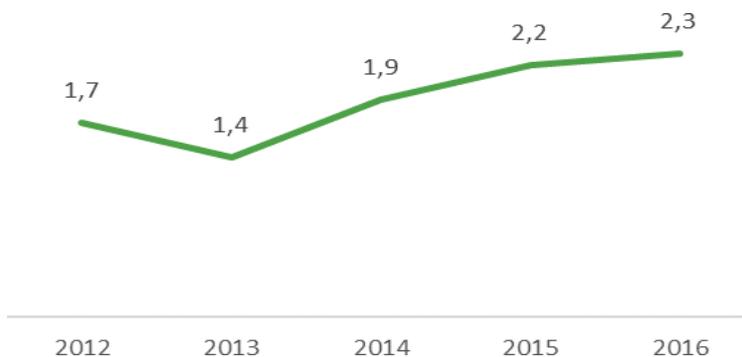
Causas de óbito	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	877	161,2	399	145,7	478	176,9
Afeções Respiratórias	J00-J99	385	70,8	212	77,4	173	64
Tumores ou neoplasias	C00-D48	335	61,6	185	67,5	150	55,5
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	335	61,6	191	69,7	144	53,3
Sintomas mal definidos	R00-R99	240	44,1	111	40,5	129	47,7
Causas externas	V01-Y98	116	21,3	100	36,5	16	5,9
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	129	23,7	107	39,1	22	8,1
Afeções perinatais	P00-P96	86	15,8	47	17,2	39	14,4
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	79	14,5	51	18,6	28	10,4
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	87	16	46	16,8	41	15,2
D. do aparelho gênito urinário	N00-N99	65	11,9	29	10,6	36	13,3
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	41	7,5	34	12,4	7	2,6
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	28	5,1	20	7,3	8	3
Malformações congénitas	Q00-Q99	11	2	5	1,8	6	2,2
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	7	1,3	2	0,7	5	1,9
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	4	0,7	0	0	4	1,5
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	10	1,8	6	2,2	4	1,5
D. sistema oste muscular e tecido conjuntivo	M00-M99	2	0,4	2	0,7	0	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)

A taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) tem vindo a aumentar desde 2013, ano em que se registou uma taxa de 1,4%. Em 2016 a taxa situou-se em 2,3%.

Gráfico 18 - Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

De acordo com o Ministério de Administração Interna e Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade por acidentes rodoviários em Cabo Verde, de 2017 a 2019, oscilaram entre 0,75% a 0,78%. Em 2017, essa taxa foi de 0,75%, 2018 de 0,95% e 2019 de 0,78%.

Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos

Em 2018, registou-se uma ligeira diminuição da utilização da contraceção moderna nas mulheres unidas, em relação ao IDSR-2005 (de 57,1% para 54,6%). A mais importante baixa reside na esterilização feminina (14,8%, em 2005, contra 8,4% no IDSR-2018). A utilização de preservativo masculino diminuiu ligeiramente (de 6,1%, em 2005, para 5,4%, em 2018). O uso da pílula pouco mudou entre os dois inquéritos (21,4%, em 2005, e 20,9%, em 2018). A percentagem de utilizadoras de injeções aumentou (11,3%, em 2005, e 14,8%, em 2018). A utilização do implante aparece neste inquérito com 2,7%, enquanto em 2005 era nula.

Tabela 35 – Proporção (%) de mulheres unidas 15-49 anos, que utilizam métodos contraceptivos

Método	2005	2018
Algum método	61,3	55,8
Método moderno	57,1	54,6
Pílula	21,4	20,9
Esterilização feminina	14,8	8,4
Injeções	11,3	14,8
Preservativo Masculino	6,1	5,4
DIU	2,2	2,1
Implante	0	2,7
Vasectomia	0	0,1
Outro moderno	1,3	0,3
Método tradicional	4,3	1,1
Abstinência periódica	1,9	0,5
Coito interrompido	2,2	0,5
Outro tradicional	0,1	0,1

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários.

O indicador 3.7.2 pode ser expresso em número de nados-vivos por 1 000 mães adolescentes. Neste caso, na ausência de dados relativos a este próprio indicador, apresenta-se o indicador da tabela 36. Assim, a proporção das adolescentes, do grupo etário de 15-19, anos que declararam ter um filho (nado vivo), no momento do inquérito, foi de 12%, menos 3,2 p.p. em relação a 2005, que foi de 15,2% (IDSR-2005 e IDSR-2018).

Tabela 36 - Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam ter um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	15,2	12,0
19 anos	33,9	28,9
18 anos	15,9	22,9
17 anos	9,0	13,4
16 anos	8,6	1,1
15 anos	1,9	5,6

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Salienta-se, particularmente, a maternidade de adolescentes com 15 anos de idade, atingindo 5,6%. Esta proporção quase triplicou em relação a 2005, cujo valor era de 1,9%. Nota-se ainda que 4,2% (jovens 15-19 anos) estavam grávidas do primeirofilho no momento do inquérito, com um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2005. Salienta-se, particularmente, uma maior proporção de jovens grávidas a partir dos 17anos, sendo mais acentuada nas meninas de 18 anos de idade (7,3%) (Tabela 37).

Tabela 37- Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávida do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	3,7	4,2
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

A taxa de cobertura das consultas pré-natal e pós-parto, em 2018, registou um decréscimo, comparativamente ao ano de 2015, situando-se em 95,6% e 33,0%, respetivamente. O mesmo sucede com a média das consultas de pré-natal, que passou de 6,2%, em 2015, para 4,6%, em 2018, portanto, com uma diminuição de 1,6 pontos percentuais.

Tabela 38 - Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2015	95,6	6,2	33,0
2016	87,1	4,7	45,9
2017	89,5	4,9	46,5
2018	84,6	4,6	51,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano continua decrescendo, passando de 101,2%, em 2015, para 86,9%, em 2018. Quanto à média de consultas, entre 2015 e 2018, situou-se em 10 consultas por crianças. No que concerne às consultas de pré-natal, os indicadores revelam um aumento da taxa de cobertura no período em análise, passando de 81,5 a 84,6, respetivamente. A média de consultas pré-natal continua à volta de 4,7 consultas anuais por gravidez.

Tabela 39 - Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por enfermeiros

	Consultas de Crianças < 1 ano		Consultas de Pré-natal	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas
2015	101,2	10,4	81,5	4,5
2016	94,8	10,0	87,1	4,7
2017	93,6	10,4	89,5	4,9
2018	86,9	10,2	84,6	4,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018



3 SAÚDE DE QUALIDADE

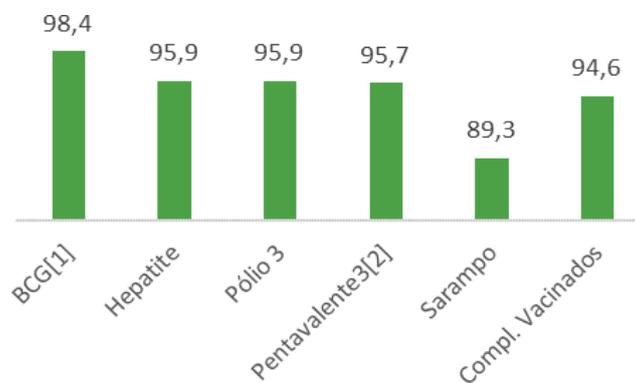
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.b.1 Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação.

Em 2017, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) completamente vacinadas, foi de 94,6%. Relativamente à vacina BCG, a taxa de cobertura foi de 98,4%. Considerando as outras vacinas (Pólio 3, Pentavalente 3), registaram-se, em 2017, taxas de cobertura acima de 90%, à exceção do sarampo, que foi de 89,3%.

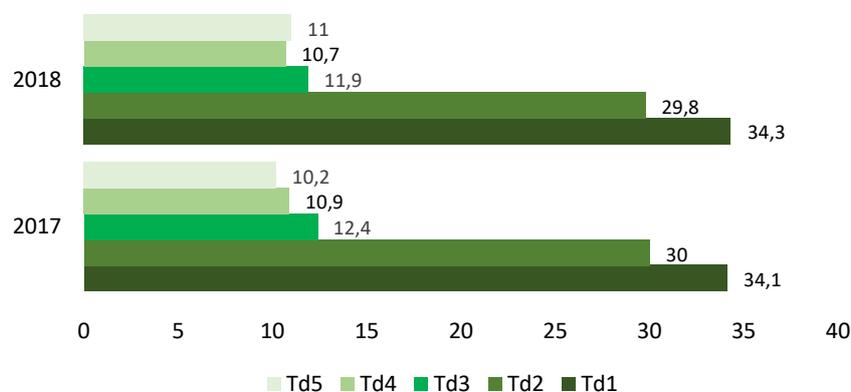
Gráfico 19 - Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente de a mulher estar grávida. O Gráfico 20 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2017 e 2018.

Gráfico 20 - Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MSSS



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



OBJETIVO 3 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS

Este objetivo visa garantir que haja cidadãos saudáveis e bem nutridos, tendo como áreas prioritárias a saúde e a nutrição, as quais refletirão na melhoria da saúde para todos, designadamente na redução da mortalidade infantil, na melhoria da saúde materna e no combate ao HIV/AIDS, ao paludismo e a outras doenças.

A maioria dos indicadores, elencados para este objetivo, além de alinhados são os mesmos produzidos e descritos no **ODS 3 - Saúde e Qualidade** da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O quadro seguinte lista em detalhe o alinhamento dos indicadores das duas agendas.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
18	Taxa de mortalidade materna	3.1.1	Taxa de mortalidade materna (Gráfico nº 10)
19	Taxa de mortalidade neonatal	3.2.2	Taxa de mortalidade neonatal (Gráfico nº 13)
20	Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos	3.2.1	Taxa de mortalidade antes dos 5 anos (Gráfico nº 12)
21	Percentagem de partos assistidos por profissionais qualificados	3.1.2	Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado (Gráfico nº 11)
22	Número de novos casos de infeção por HIV por 1000 habitantes	3.3.1	Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas (Gráfico nº 14)
23	Taxa de incidência da tuberculose por 1000 habitantes	3.3.2	Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes (Gráfico nº 15)
24	Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes	3.3.3	Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes (Gráfico nº 16)
17	Percentagem de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) com acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Total de mulheres e população com 15 – 45 ano	3.7.1	Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos (Tabela nº 35)
26	Prevalência de baixo peso em crianças menores de cinco anos	2.2.1	Indicador 2.2.1: Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade (Tabela 5)

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



THE AFRICA WE WANT

ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	Ano	Valor	OBJETIVO 4: ECONOMIAS TRANSFORMADAS	Ano	Valor
Taxa de variação do PIB real per capita (<i>Indicador 8.1.1</i>)	2019	-1 US\$ 4,4 ECV	Taxa de variação do PIB real (<i>Indicador 7</i>)	2019	5,7 ^P
Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (<i>Indicador 8.2.1</i>)	2019	-0,1	Valor acrescentado da indústria transformadora em % do PIB (<i>Indicador 28</i>)	2019	6,6 ^P
Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas (<i>Indicador 8.3.1</i>)	2019	48,5			
Taxa de desemprego (<i>Indicador 8.5.2</i>)	2019	11,3			
Jovens dos 15 a 24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou formação (%) (<i>Indicador 8.6.1</i>)	2019	28,0			
Acidentes de trabalho fatais (%) (<i>Indicador 8.8.1</i>)	2019	2,1			
Acidentes de trabalho não fatais (%) (<i>Indicador 8.8.1</i>)	2019	97,9			
Número de conciliações (contenda laboral) (<i>Indicador 8.8.2</i>)	2019	339			
Número de conciliações (contenda laboral) com sucesso (<i>Indicador 8.8.2</i>)	2019	244			
Nº de bancos comerciais por 100 000 adultos (<i>Indicador 8.10.1</i>)	2019	1,9			
Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos (<i>Indicador 8.10.1</i>)	2019	55,8			
Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos (<i>Indicador 8.a.1</i>)	2019	11 277 ^P			
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS					
Passageiros transportados nos autocarros (nº) (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2018	20 175 109			
Passageiros nos portos nacionais (nº) (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2019	990 840			
Cargas/mercadorias nos portos nacionais (em Kg) (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2019	2 667 228			
Passageiros nos aeroportos (nº) (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2019	2 771 931			
Aeronaves nos aeroportos (nº) (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2019	35 022			
Cargas (em Kg), por aeroportos (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2019	1 390 234			
Correios (em Kg), por aeroportos (<i>Indicador 9.1.2</i>)	2019	456 612			
Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB (%) (<i>Indicador 9.2.1</i>)	2019	6,6 ^P			
Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (%) (<i>Indicador 9.2.2</i>)	2019	9,6			



Os indicadores do ODS 8 já foram elencados no alinhamento com o objetivo 1 da Agenda africana, por isso não serão aqui novamente retratados (ver pag.19 a 25).

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

TRANSPORTES TERRESTRES

Em termos absolutos, o número de passageiros transportados nos autocarros públicos tem vindo a aumentar consideravelmente. Em 2019, cerca de 20 175 109 passageiros foram transportados nos autocarros, em Cabo Verde, registando um aumento de 1 807 665 passageiros face a 2018.

Tabela 40 - Movimento de passageiros transportados nos autocarros

Ano	Nº
2015	12 120 438
2016	14 978 375
2017	16 686 066
2018	18 367 444
2019	20 175 109

Fonte: INE - Estatísticas dos Transportes 2019

TRANSPORTES MARÍTIMOS

O movimento de passageiros nos portos nacionais aumentou 23,6%, passando de 756 915, em 2015, para 990 840, em 2019. No mesmo período, verificaram-se aumentos de passageiros, tanto no embarque (24,1%) como no desembarque (23,1%).

Tabela 41- Movimento de passageiros nos portos nacionais (em número)

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	756 915	813 687	839 797	917305	990 840
Desembarcados	377 866	408 768	420 479	458017	491 274
Embarcados	379 049	404 919	419 318	459288	499 576

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)



Em relação ao movimento de mercadorias, verificou-se que, em 2019, a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (68,3%, correspondendo a 2 025 697 mercadorias desembarcadas), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. No geral, o movimento de mercadorias teve um aumento de 37,96%, de 2015 a 2019, sendo o carregamento de 47,3% e o descarregamento 34,0%.

Tabela 42 - Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (em Kg)

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	1 674 783	1 802 647	2 015 667	2 595 936	2 667 253
Carregamento	338 268	386 312	446 349	545 268	641 531
Descarregamento	1 336 515	1 416 335	1 569 318	2 050 667	2 025 697

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)

TRANSPORTES AÉREOS

O movimento de passageiros nos aeroportos registou um aumento de 28,3%, de 2015 a 2019. Neste mesmo período, o movimento de passageiros nos voos domésticos e internacionais aumentou 14,91% e 33,96%, respetivamente. Em 2019, o aumento de passageiros foi de 2,5% face a 2018.

Tabela 43 - Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
Doméstico	698 785	764 285	929 595	884 784	821 227
Internacional	1 288 097	1 451 607	1 719 636	1 817 448	1 950 704
Total	1 986 882	2 215 892	2 649 231	2 702 232	2 771 931

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em relação ao movimento de aeronaves, de 2015 a 2019, constatou-se, em termos gerais, um aumento na ordem dos 20,9%. No mesmo período, registaram-se aumentos de aeronaves, tanto nos voos domésticos (12,4%) como nos internacionais (33,1%). No entanto, em 2018 e em 2019 o movimento de aeronaves diminuiu face a 2017, em 5,9% e 3,3%, respetivamente. Esta queda está relacionada com a diminuição dos movimentos domésticos. Quanto aos voos internacionais no mesmo período, observa-se um aumento contínuo do movimento de aeronaves.



Tabela 44 - Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
Doméstico	14 901	15 920	20 483	16 824	16 083
Internacional	12 789	14 289	15 729	17 253	19 119
Total	27 690	30 209	36 212	34 077	35 022

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Relativamente ao movimento de cargas, houve uma diminuição de 50,9%, de 2015 a 2019, estando o problema relacionado, em primeiro lugar, com a redução significativa de cargas nos voos domésticos (-76,4%), assim como nos voos internacionais (-16,9%).

Tabela 45 - Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
Doméstico	1 617 087	1 339 505	920 984	445 297	380 341
Internacional	1 214 666	1 398 489	1 206 124	865 719	1 009 893
Total	2 831 753	2 737 994	2 127 108	1 311 016	1 390 234

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Quanto ao movimento de correios, registou-se, de 2015 a 2019, um acréscimo na ordem dos 30,3%. Constataram-se ainda, no mesmo período, variações positivas nos movimentos dos correios, tanto nos voos domésticos (29,4%) como nos internacionais (31,6%).

Tabela 46 - Movimento de correios (em Kg), por aeroportos

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
Doméstico	181 250	174 409	231 770	228 731	256 665
Internacional	136 787	143 055	159 571	176 632	199 947
Total	318 037	317 464	391 341	405 363	456 612

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Os dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram, a partir de 2016, uma aceleração do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, com um ligeiro decréscimo em 2019 em relação a 2018, passando de 6,7%, em 2018, para 6,6% em 2019.

Tabela 47 - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB a preços correntes

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
	6,5	5,9	6,1	6,7 ^P	6,6 ^P

P-Provisórios

Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no setor da indústria transformadora em percentagem do emprego total observa um acréscimo, em 2019, comparativamente ao ano de 2015.

Tabela 48- Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
	8,9	8,5	9,5	9,5	9,6

Fonte: INE - Estatísticas de emprego e mercado de trabalho

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total.

Segundo os dados do INE, o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total registou uma diminuição, em 2016, face ao 2015 e uma evolução crescente nos anos seguintes – 2017, 2018 e 2019.

Tabela 49 - Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
	7,5	6,8	7,1	7,9 ^P	7,8 ^P

P - Provisório

Fonte: INE - Contas Nacionais



Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo a Agência Reguladora Multisectorial da Economia, analisando o período de 2015 a 2019, verifica-se que o acesso às tecnologias de informação e comunicação através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) quer pelos serviços 3G, tem vindo a aumentar. De acordo com a tabela 50, em 2019, verificou-se que 99,3% da população estava coberta com serviços GSM enquanto 93,7% estiveram cobertas com os do 3G, o que apresenta um aumento em comparação com o ano de 2015, que foram de 98,8% e 86,5%, respetivamente.

Tabela 50 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

	2015	2016	2017	2018	2019
Cobertura de serviços GSM	98,8	98,8	99,3	99,3	99,3
Cobertura de serviços 3G	86,8	87,6	91,1	91,1	93,7

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia



OBJETIVO 4 ÁFRICA 2063 - ECONOMIAS TRANSFORMADAS

Indicador 27: Taxa de variação do PIB real

A taxa de variação do PIB Real, em 2019, fixou-se em 5,7%, uma variação superior aos anos precedentes.

Tabela 51 - Taxa de variação do PIB real em %

	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de variação do PIB real	1,0	4,7	3,7	4,5 ^P	5,7 ^P

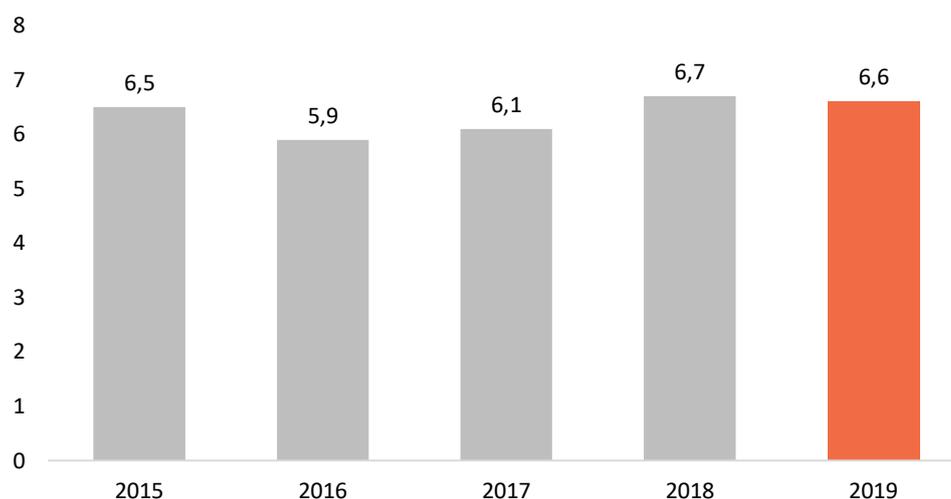
P - Provisório

Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 28: Valor acrescentado da manufatura como percentagem do PIB

Os dados do gráfico 21 mostram um decréscimo do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, em 2016, face ao 2015, passando de 6,5% para 5,9%, respetivamente, havendo uma ligeira aceleração, a partir de 2016, que atingia o seu valor máximo, em 2018 (6,7%). No entanto, segundo os dados provisórios, em 2019, registou-se um pequeno decréscimo de 0,1pp em relação a 2018.

Gráfico 21 - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB



P-Provisórios (2018 e 2019)

Fonte: INE, Contas Nacionais

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



THE AFRICA WE WANT

ODS 2 – ERRADICAR A FOME	Ano	Valor	OBJETIVO 5: AGRICULTURA MODERNA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A PRODUÇÃO	Ano	Valor
Estado Nutricional da população: Eufórico (%) <i>(Indicador 2.1.1)</i>	2015	65,5	Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO) <i>(Indicador 31)</i>	2018	37,7
Estado Nutricional da população: Excesso de peso (%) <i>(Indicador 2.1.1)</i>	2015	20,4			
Estado Nutricional: Magreza (%) <i>(Indicador 2.1.1)</i>	2015	6,2			
Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (%) <i>(Indicador 2.1.2)</i>	2018	37,7	Moderada e grave (%)		
Prevalência de insegurança alimentar grave (%) <i>(Indicador 2.1.2)</i>	2018	9,6	Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO) <i>(Indicador 31)</i>	2018	9,6
Desnutrição crónica global em crianças menores 5 anos (59 meses) <i>(Indicador 2.2.1)</i>	2019 ^P	13,8			
Proporção da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis <i>(Indicador 2.4.1)</i>	2015	82,5			



OBJETIVO 5:

Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção



Os indicadores do **ODS 2 – Erradicar a fome**, já foram elencados no alinhamento com o objetivo 1 da Agenda africana, por isso não serão novamente retratados (ver pags.15 a 18).

OBJETIVO 5 ÁFRICA 2063 - AGRICULTURA MODERNA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A PRODUÇÃO

O objetivo 5 da Agenda 2063 para África visa garantir a agricultura moderna para aumentara produtividade e a produção agrícola.

O indicador número 31, que compõe este objetivo, é o mesmo indicador descrito no **ODS 2 -Erradicar a Fome**, concretamente, **2.1.2 - Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)**, tabela 4.

Em relação ao **indicador 30 - Taxa de crescimento de rendimento de produtos de prioridade nacional** não se dispõe de informação.

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



THE AFRICA WE WANT

ODS 14 – PROTEGER A VIDA MARINHA	Ano	Valor	OBJETIVO 6: ECONOMIA AZUL/ OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÓMICO ACELERADO	Ano	Valor
Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas (%) <i>(Indicador 14.5.1)</i>	2015	5,66	Valor acrescentado do setor da pesca em percentagem do PIB <i>(Indicador 32)</i>	2019	0,6 ^P



14 VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Indicador 14.5.1. Cobertura de áreas protegidas em relação à área marinha

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da Figura 4 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Figura 4 - Área protegida da superfície marinha



Fonte: Direção Nacional do Ambiente (2015)

Tabela 52 - Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas

	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66
Santa Luzia	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	278,37	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (2015)



OBJETIVO 6:

Economia azul / Oceânica para crescimento económico acelerado



OBJETIVO 6 ÁFRICA 2063 - ECONOMIA AZUL / OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÓMICO ACELERADO

Indicador 32: Valor acrescentado do setor da pesca em percentagem do PIB

A proporção da pesca no PIB tem variado entre 0,6% e 1,2% ao longo da série. A sua maior contribuição no PIB foi, em 2015, (1,2%). Depois da estabilização do seu peso, em 2016 e em 2017, a proporção da pesca no PIB registou um ligeiro aumento em 2018, tendo em 2019 apresentado o seu menor peso (0,6%) de toda série em análise.

Tabela 53 – Proporção (%) da Pesca no PIB

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019
Proporção da Pesca no PIB	1,2	0,7	0,7	0,9 ^P	0,6 ^P

P - provisório

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e INE- Contas Nacionais

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



THE AFFORDABLE WE WANT

ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Ano	Valor	OBJETIVO 7: ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESISTENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Ano	Valor
População que utiliza uma fonte melhorada de água potável (%) (<i>Indicador 6.1.1</i>)	2019	85,5	Percentagem de áreas terrestre e água interior protegida (<i>Indicador 35a</i>)	2015	18,19
População com acesso a instalações sanitárias melhoradas (%) (<i>Indicador 6.2.1</i>)	2019	85,3	Percentagem de áreas costeiras e marinhas preservadas (<i>Indicador 35b</i>)	2015	5,66
Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100) (%) (<i>Indicador 6.5.1</i>)	2019	62			
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS					
População com acesso à energia elétrica (%) (<i>Indicador 7.1.1</i>)	2019	92,2			
População que utiliza o gás Butano (%) (<i>Indicador 7.1.2</i>)	2019	78,9			
Taxa de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica (<i>Indicador 7.2.1</i>)	2019	18,4			
Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (<i>Indicador 7.3.1</i>)	2019	1,39			
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE					
Área coberta por floresta (%) (<i>Indicador 15.1.1</i>)	2012	13,6			
Superfície e proporção da área protegida terrestre (%) (<i>Indicador 15.1.2</i>)	2016	18,19			
Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (<i>Indicador 15.3.1</i>)	2015	801,2			



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Indicador 6.1.1 Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

O acesso às fontes melhoradas de água potável, em particular a canalizada da rede pública de distribuição, tem vindo a aumentar em Cabo Verde. Em 2019, observa-se que 85,5% da população tinha acesso a uma fonte melhorada de água potável (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos).

Tabela 54- Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável³

	2015	2016	2017	2018	2019
1Cabo Verde	85,1	85,5	85,2	86	85,5
Sexo					
Masculino	85,1	85,2	84,7	85,6	85,3
Feminino	85,2	85,7	85,5	86,4	85,6
Meio residência					
Urbano	92,1	92,3	90,5	92	91,6
Rural	71,3	71,5	73,7	73,2	72,8

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguro, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

Como *proxy* a este indicador apresenta-se a proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete. O acesso a instalações sanitárias melhoradas, em particular a sanita, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2019, 85,3% da população tinha acesso a uma instalação sanitária melhorada.

³ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Tabela 55 - Proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	77,2	80,3	80,8	82,9	85,3
Sexo					
Masculino	76,9	79,7	-	82,3	84,7
Feminino	77,5	80,9	-	83,5	85,9
Meio de Residência					
Urbano	86,4	87,9	87,5	88,7	90,5
Rural	58,9	64,9	66,9	70,6	74,6

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

Em 2019, segundo Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 62%.

Tabela 56 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos

2018	2019
64%	62%

Fonte: ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todos e todas

Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

O acesso à eletricidade tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2019, cerca de 92,2% da população residente tinha acesso à eletricidade no alojamento.

Tabela 57 - Percentagem de população com acesso à energia elétrica

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	86,9	90,1	90,1	90,3	92,2
Meio Residência					
Urbano	90,6	93,5	92,3	91,7	94,1
Rural	79,6	83,4	85,7	87,5	88,4
Sexo					
Masculino	86,4	90,0	89,6	89,9	91,9
Feminino	87,4	90,2	90,7	90,7	92,5

Fonte: INE, IMC, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas.

Em 2019, 78,9% da população utilizava gás butano e eletricidade para preparação de alimentos. De realçar que no meio rural, apesar de se registar um aumento ao longo dos anos, somente 49,1% da população utiliza estes combustíveis.

Tabela 58 - Percentagem de população que utiliza o gás Butano e eletricidade para preparar alimentos, por meio de residência

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	70,9	73,8	74,3	75,6	78,9
Meio Residência					
Urbano	89,4	92,0	91,2	91,1	93,4
Rural	34,1	36,8	39	42,8	49,1

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Nota: A eletricidade foi considerada como energia limpa e os dados da série (2015 a 2018) foram atualizados.



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

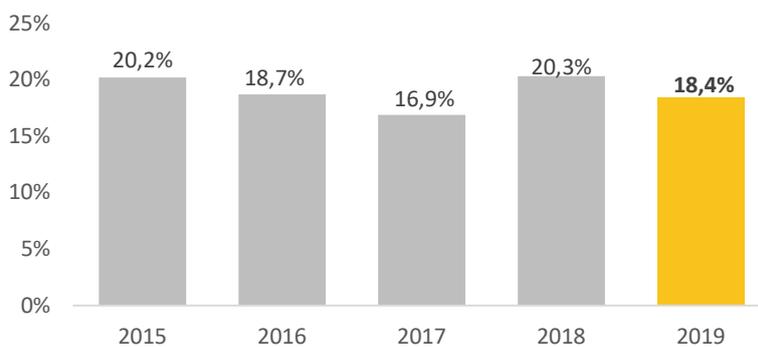
Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Indicador 7.2.1 Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)

Em 2019, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia elétrica foi de 18,4%, correspondendo a uma diminuição de 1,9 pp, em relação a 2018.

Gráfico 22 - Taxa de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica

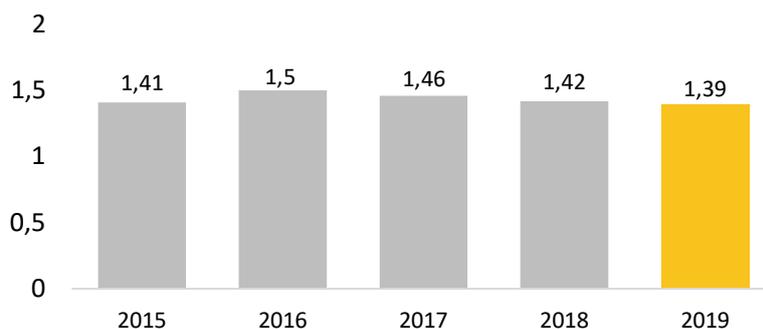


Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalentes de petróleo /milhões de escudos)

Em 2019, a eficiência energética, medida em termos de energia primária e do PIB, teve uma diminuição de 2,3% em relação a 2018, passando de 1,42 para 1,39 tep/milhões de escudos.

Gráfico 23 - Evolução da Intensidade energética



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
Dados Provisórios (2018,2019)



13 AÇÃO CLIMÁTICA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Indicador 13.2.1. Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa baixas de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada a nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de atualização bienal ou outro)

Em 29 de março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC). Na condição de parte da Convenção, assumiu, nesta data, o compromisso de formular uma Comunicação Nacional à Conferência das Partes (CdP).

A cronologia dos marcos históricos apresentadas na tabela 59, demonstram de forma clara, que o país tem vindo, desde a primeira a desenvolver esforços internos no sentido de dar respostas exigidas, em tempo oportuno, no plano global, decorrentes da ratificação da CQNUMC.

Tabela 59 - Cumprimento Obrigações no âmbito da Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC) Cronologia dos Marcos Históricos

Documento/Marco Histórico	Ano
Ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)	1995
Primeira Comunicação Nacional à CQNUMC	2000
Primeiro Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2000
Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas	2000
Ratificação do Protocolo de Quioto	2005
Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas- NAPA (2008-2012)	2007
Segundo Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2010
Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas	2011
Primeira Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (2015-2030)	2015
Ratificação do Acordo de Paris	2017
Terceira Comunicação sobre as Mudanças Climáticas	2018

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Indicador 15.1.1. Proporção do território que é área florestal

A florestação, em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, pelos sucessivos governos, com forte apoio da cooperação internacional, tem, num primeiro plano, exercido um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo plano, permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

Em 2012, o país dispunha de um património, em vegetação lenhosa, avaliado em 89 903 ha, dos quais 54 919,4 são classificados como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁴.

Tabela 60 - Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções (2012)

	Área florestal (ha)	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4	13,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.1.2. Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce, cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Os dados da tabela 61 mostram que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57Km², em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde. Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, nota-se que existe um total de 1 321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 61 - Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), em Cabo Verde (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

⁴ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)



As áreas terrestres protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38 844,86 hectares, em 2015, tendo registado 17 792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas com instrumentos de gestão aprovados, o valor registado foi de 120 672,47 hectares, em 2015, e 28 847,19 hectares, em 2014.

Tabela 62 - Superfície e proporção das Áreas Protegidas (terrestre e marinha) com Instrumento(s) de Gestão aprovado(s)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	(a)	
2010	10 194,50	2,53	(a)	
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde

(a) Áreas ainda não identificadas

Fonte: Direção Nacional de Ambiente

Indicador 15.3.1. Proporção do território com solos degradados

Tabela 63 - Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%)

Indicador	Ano				
	2011	2012	2013	2014	2015
Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais	73,0	44,0	437,0	278,4	801,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.5.1. Índice da Lista Vermelha

Na impossibilidade de se disponibilizar o indicador, conforme definido ao nível global, e por se tratar de um indicador que integra alguns componentes (aves, mamíferos, corais e plantas da divisão Cycadophyta), apresenta-se o indicador **Percentagem de Espécies de Flora Endémica Ameaçadas**, tendo em conta as informações disponíveis e acessíveis e a sua pertinência no âmbito da gestão sustentável da biodiversidade.

Percentagem de Espécies de Flora Endémica Ameaçadas

Em 2015, publicou-se a nova Lista Vermelha da Flora Endémica de Cabo Verde para a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), elaborada com base nos critérios da IUCN. Segundo Romeiras (2015) na nova Lista Vermelha da Flora Endémica de Cabo Verde para a IUCN, 78% das plantas endémicas avaliadas estavam assim classificadas em termos de ameaça: 29,3% em perigo crítico, 41,3% em perigo e 7,6% vulnerável.



Indicador 15.7.1. Proporção de espécies selvagens comercializadas que foi objeto de furtivismo ou traficada ilicitamente

Relativamente a este indicador, com base nas informações existentes, verifica-se que existe captura ilícita de tartarugas marinhas e também de algumas aves marinhas:

Captura de tartarugas marinhas em Cabo Verde

Os dados refletem a evolução da quantidade de tartarugas marinhas ilicitamente capturadas em terra no período entre 2015 e 2019. Como se pode observar, na tabela 64, entre 2015 e 2018 verificou-se uma tendência crescente do número de animais capturados. Entretanto, em 2019 houve uma diminuição expressiva, passando de 423 (2018) para 253.

Tabela 64 - Captura ilícita de Tartarugas Marinhas em Cabo Verde

	2015	2016	2017	2018	2019
N.º tartarugas marinhas capturadas (<i>Carretta caretta</i>)	177	415	587	423	253

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Captura das Aves Marinhas em Cabo Verde

Segunda a Direção Nacional do Ambiente, a predação das aves marinhas, em Cabo Verde, é feita maioritariamente por gatos domésticos e cães vadios. A captura furtiva das aves marinhas acontece para fins da criação no cativeiro, animal de estimação, fins medicinais e alimentação.

De enaltecer que, ao longo do projeto, de Junho de 2017 até o presente momento, não se registou qualquer morte de aves marinhas nos Ilhéus Raso, Branco e Rombo. As principais colónias de aves marinhas do país encontram-se nestes espaços territoriais, onde se verifica a presença relativamente constante dos parceiros de investigação.



OBJETIVO 7:

Economia e comunidades ambientalmente sustentáveis e resilientes às alterações climáticas



OBJETIVO 7 - ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Indicador 34: Terras agrícolas colocadas sob a prática de gestão sustentável da terra em percentagem.

Segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, realizado pelo Ministério da Agricultura e do Ambiente em 2015, o total das terras agrícolas é de 36 456 hectares (ha).

Indicador 35a: Percentagem de áreas terrestre e água interior protegida

Os dados da tabela 65 indicam que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57 Km² em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde.

Tabela 65- Superfície e proporção das áreas protegidas (2015)

	Terrestre	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Indicador 35b: Percentagem de áreas costeiras e marinhas preservadas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da tabela 66 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 66 - Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas (2015)

	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Ano	Valor	OBJETIVO 12: INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS	Ano	Valor
Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes (<i>Indicador 16.1.1</i>)	2019	6,2	Proporção (%) de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses (<i>Indicador 49</i>)	2016	1,2
População objeto de violência física nos últimos 12 meses (%) (<i>Indicador 16.1.3</i>)	2016	5,4	Proporção (%) de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses, masculino (<i>Indicador 49</i>)	2016	1,6
Pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas durante o dia (%) (<i>Indicador 16.1.4</i>)	2016	81,4	Proporção (%) de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses, feminino (<i>Indicador 49</i>)	2016	0,9
Pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas durante a noite (%) (<i>Indicador 16.1.4</i>)	2016	51,7			
Vítimas de violência física que reportaram às autoridades competentes (%) (<i>Indicador 16.3.1</i>)	2016	52,3			
Reclusos em prisão preventiva no total de reclusos (%) (<i>Indicador 16.3.2</i>)	2018	15,3			
Pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses (%) (<i>Indicador 16.5.1</i>)	2016	1,2			
População satisfeita com a última experiência com serviços públicos (%) (<i>Indicador 16.6.2</i>)	2016	60,9			
População que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados (%) (<i>Indicador 16.7.2</i>)	2016	15,7			
Crianças registadas com idade inferior a 5 anos (%) (<i>Indicador 16.9.1</i>)	2018	93,0			



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por grupo etário

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Entre os anos de 2017 e de 2019, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios, por 100 000 habitantes, passando de 7,1 para 6,2.

Tabela 67- Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por sexo e grupo etário

	Vítimas de Homicídio por 100.000 habitantes								
	2017			2018			2019		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
CABO VERDE	6,0	1,1	7,1	4,8	1,8	6,6	5,1	1,1	6,2
IDADE									
Menor 12			0			0,2			0,2
[12-16]			0			0			0,0
[17-21]			0,9			1,1			1,1
[22-30]			2,4			1,8			1,3
[31-45]			2,6			1,8			2,2
Maior 45			1,1			1,8			1,5

Fonte: Ministério da Administração Interna

Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

Na ausência de informações para o cálculo do indicador, apresenta-se a proporção da população de 18 anos ou mais, vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista observada no âmbito do módulo sobre Governança Paz e Segurança, realizada pelo INE, em 2013 e em 2016.

Em 2016, segundo o gráfico 24, verificou-se que 5,4% da população de 18 anos ou mais foi vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista, valor ligeiramente superior ao registado em 2013 (4,1%).

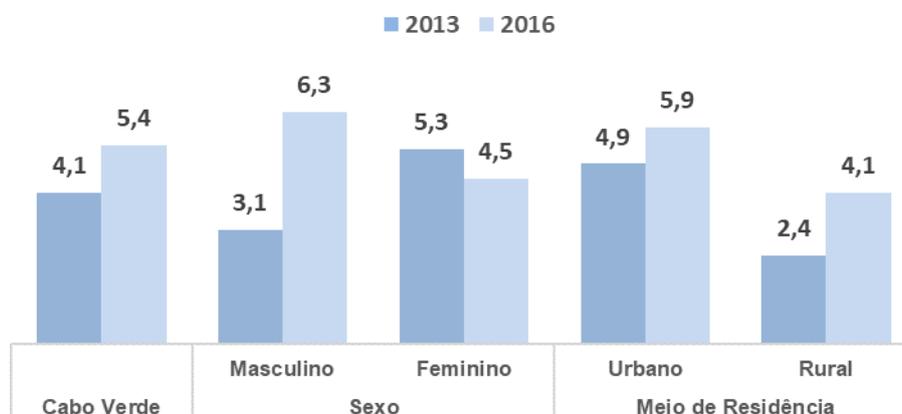


16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Gráfico 24 - Proporção (em %) da população de 18 anos ou mais objeto de violência física nos últimos 12 meses por sexo e meio de residência



Fonte: INE – IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

Para este indicador, dispõe-se de dados desagregados por período: dia e noite. A insegurança é maior no período da noite, nos dois anos em referência, ou seja, as pessoas (população de 18 anos ou mais) sentem-se mais seguras caminhando sozinhas durante o dia, tanto em 2013, como em 2016. Comparando os dados dos dois anos, verifica-se uma diminuição ao nível de segurança, quando se trata de caminhar sozinho de dia (em 3,0 p.p.) e um aumento no que se refere à noite (7,7 p.p.).

Tabela 68 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que se sentem seguras quando caminham sozinhas, no período diurno e noturno, por sexo e meio de residência (2013/2016)

	2013		2016	
	Dia	Noite	Dia	Noite
CABO VERDE	84,4	44,0	81,4	51,7
SEXO				
Masculino	80,2	35,1	85,4	59,7
Feminino	89,4	55,5	77,6	43,8
MEIO DE RESIDÊNCIA				
Urbano	79,3	34,4	77,0	45,3
Rural	94,3	62,9	91,2	66,2

Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

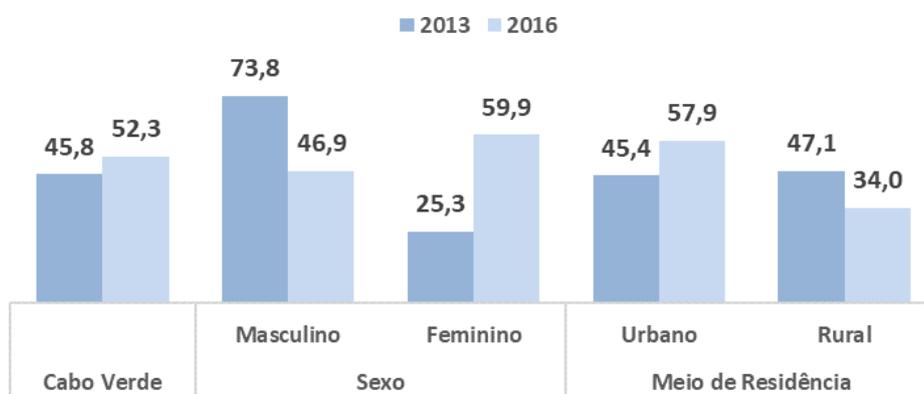
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.

Em 2016, ao nível nacional, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes, foi de 52,3%, valor superior em 6,5 p.p. ao registado em 2013 (45,8%).

Gráfico 25 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes por sexo e meio de residência (2013/2016)

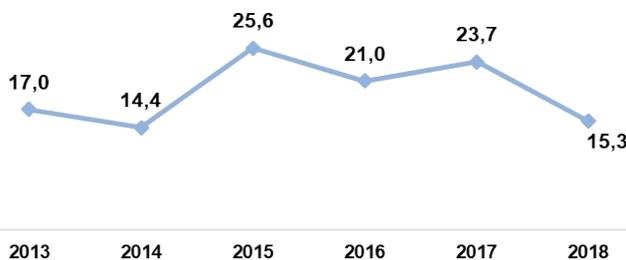


Fonte: INE - IMC- Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.2 Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

A proporção de reclusos em prisão preventiva tem vindo a oscilar ao longo dos anos, registando os maiores valores entre 2015 e 2017. Em abril de 2018 o Censo Prisional registou 15,3% de reclusos em prisão preventiva.

Gráfico 26 - Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos.



Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho (2013-2017) e INE (Recenseamento Prisional 2018)



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

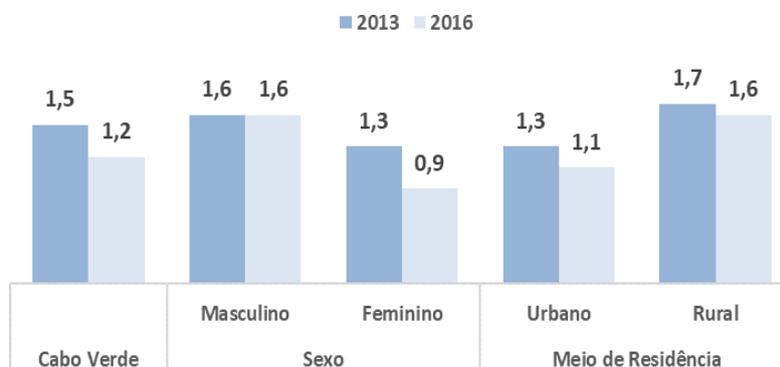
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

Em 2016, cerca de 1,2% da população de 18 anos ou mais declararam que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiram-se, pelo menos uma vez, obrigados a oferecer dinheiro, presente, ou favor a um funcionário público, em troca de um benefício, representando uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no inquérito realizado no ano 2013.

Gráfico 27 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses por sexo e meio de residência

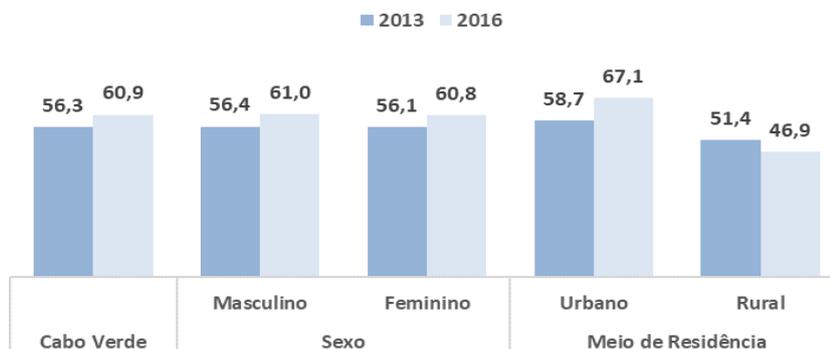


Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

Indicador 16.6.2. Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

Em 2016, cerca de 60,9% da população de 18 anos ou mais declarou estar satisfeita com a última experiência com serviços públicos. Regista-se um aumento do nível de satisfação em 4,6 p.p. face a 2013.

Gráfico 28 - Proporção da população de 18 anos ou mais satisfeita com a última experiência com serviços públicos por sexo e meio de residência.



Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

Em 2016, cerca de 15,7% da população de 18 anos ou mais declarou acreditar que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados. Regista-se uma diminuição neste indicador, face a 2013, a qual cerca de 17,4% acreditavam na inclusão e adequação dos processos de tomada de decisão.

Tabela 69 - Proporção da população de 18 anos ou mais que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e grupo etário

	2013	2016
CABO VERDE	17,4	15,7
SEXO		
Masculino	16,7	15,6
Feminino	18,0	15,7
Grupo Etário		
[18-24 anos]	9,1	5,6
[25-34 anos]	16,2	12,7
[35-44 anos]	17,3	19,3
[45-54 anos]	18,1	17,4
>= 55 anos	31,8	22,3

Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projeções demográficas, pode-se aferir que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.

Tabela 70 - Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018
CABO VERDE	101,3	98,4	95,6	94,5	93,0
Sexo					
Masculino	101,6	98,0	94,7	93,5	91,5
Feminino	100,9	98,7	96,5	95,6	94,6
Grupo Etário					
0 anos	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
2 anos	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
3 anos	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
4 anos	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0

Fonte: INE, 2014– 2018

Nota: A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

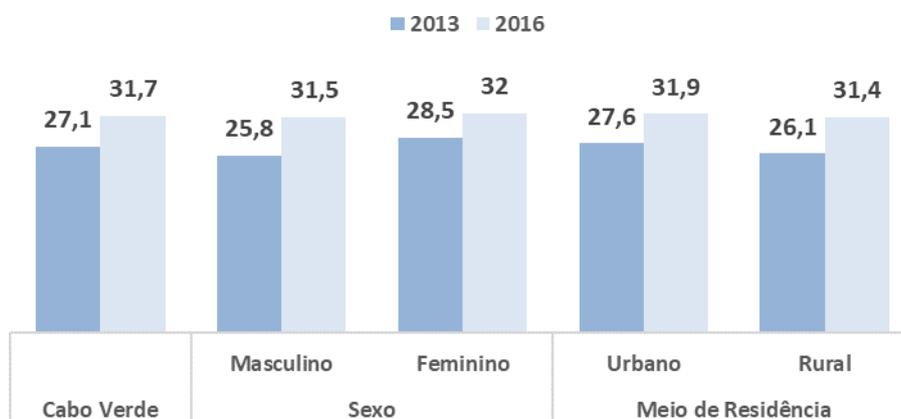
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, cerca de 31,7% da população de 18 anos ou mais reportou que se sentiu pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos. Observa-se um aumento deste indicador face a 2013, em que se registou cerca de 27,1%.

Gráfico 29 - Proporção da população de 18 anos ou mais que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos por sexo e meio de residência.



Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança 2013 e 2016



OBJETIVO 12:

Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas



OBJETIVO 12 ÁFRICA 2063 - INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS

Indicador 49: Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram suborno a um funcionário público ou foram solicitadas suborno por esses funcionários públicos durante os últimos doze meses

Cerca de 1,2% dos inquiridos declararam que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiram-se, pelo menos uma vez, obrigados a oferecer dinheiro, presente ou favor a um funcionário público em troca de um benefício, tendo registado uma diminuição de 0,3 p.p. quando comparado com o ano de 2013. Esta situação é mais agravada no meio rural (1,6%), nos homens (1,6%) e nos jovens com idade entre 18 e 24 anos.

Tabela 71 – Proporção (%) de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

	2013	2016
Total	1,5	1,2
Urbano	1,3	1,1
Rural	1,7	1,6
Homem	1,6	1,6
Mulher	1,3	0,9
Grupo idade		
18 -24	1,2	3,0
25 - 34	1,0	0,6
35 - 44	1,9	1,8
45 - 54	2,9	0,2
55 e+	0,9	1,0

Fonte: INE-IMC Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO	OBJETIVO 17: PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA		OBJETIVO 17: PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA	
	Ano	Valor	Ano	Valor
Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência (%) (Ind.5.2.2)	2018	3,3	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, total (Indicador 54)	2015 18,6
Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos (%) (Indicador 5.3.1)	2018	1,8 8,4	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, homens (Indicador 54)	2015 20,6
Mulheres com idade 14-17 anos declararam viver em união (%) (Indicador 5.3.1)	2018	1	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, mulheres (Indicador 54)	2015 16,7
Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (%) (Indicador 5.5.1)	2019	23,6	Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (Indicador 55)	2017 23,6
Proporção de mulheres eleitas nos órgãos de poder local (%) (Indicador 5.5.1)	2019	26,3	Proporção de mulheres e meninas objetos de violência sexual e física (Indicador 56)	2018 2,6
Proporção de mulheres que ocupam cargos de gestão (%) (Indicador 5.5.2)	2019	34,2	Proporção de crianças registadas no 1º ano de nascimento (Indicador 58)	2018 93,6
Proporção de população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas (%) (Indicador 5.a.1)	2015	18,6		
Proporção de população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas (%) sexo feminino (Indicador 5.a.1(a))	2015	16,7		
População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, Homens (Indicador 5.a.1(a))	2015	54,3		
População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, Mulheres (Indicador 5.a.1(a))	2015	45,7		
Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por conta própria (Indicador 5.a.1(b))	2015	46,6		
Proporção de mulheres de 10 anos ou mais com disponibilidade de telemóvel (%) (Indicador 5.b.1)	70,8	70,8		
Proporção de homens de 10 anos ou mais com disponibilidade de telemóvel (%) (Indicador 5.b.1)	72,5	72,5		



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.

Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no plano do seu exercício efetivo, quer ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, dão um tratamento afirmativo às mulheres. De salientar que o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada em vigor dos princípios da CEDAW na ordem jurídica interna assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres. O Instituto Nacional para a Igualdade de Género (ICIEG) e as organizações não-governamentais femininas são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Indicador 5.2.1 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

Tabela 72 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos, atualmente em união ou separadas/divorciadas/viúvas, que sofreram violências emocional, física ou sexual cometidas por qualquer marido/parceiro, nos últimos 12 meses antes do inquérito

Características sociodemográficas	Violência emocional	Violência física	Violência sexual	Física e sexual	Física e sexual e emocional	Física ou sexual	Física ou sexual ou emocional	Efetivo de mulheres em união ou em rotura de união
Idade								
15-19	(21,8)	(23,1)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(23,1)	(24,4)	24
20-24	11,8	8,0	3,6	2,5	2,5	9,1	14,6	142
25-29	12,1	13,4	1,4	1,1	0,5	13,7	17,2	255
30-39	14,6	15,4	4,3	3,7	3,6	15,9	19,3	476
40-49	15,3	13,6	4,8	3,6	3,2	14,8	19,1	398
Meio de residência								
Urbano	15,1	15,2	3,9	3,2	2,8	15,9	19,9	956
Rural	11,5	9,7	3,3	2,5	2,5	10,5	14,1	339
Total	14,1	13,8	3,7	3,0	2,7	14,5	18,4	1,295

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Nota1: As percentagens entre parênteses baseia-se em 25-49 casos não ponderados

Nota2: Qualquer marido ou parceiro. Inclui os atuais e os anteriores



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.2.2 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

A tabela 73 apresenta a proporção de mulheres e meninas que já sofreram diferentes formas de violência por faixa etária. Em relação à violência física e sexual, é de realçar que há maior ocorrência desse tipo de violência na faixa etária dos 40-49 com 4,9%.

Tabela 73 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos que já sofreram diferentes formas de violência por idade atual

Idade	Apenas violência física	Apenas violência sexual	Violência física e sexual	Violência física ou sexual	Efetivo de mulheres
15-19	1,8	2,0	0,1	3,9	365
15-17	1,3	1,2	0,0	2,5	230
18-19	2,7	3,3	0,1	6,2	135
20-24	3,8	2,2	1,5	7,6	428
25-29	9,5	2,7	1,2	13,4	446
30-39	12,5	5,4	3,9	21,9	624
40-49	10,8	2,9	4,9	18,6	492
Total	8.4	3,3	2,6	14.2	2,355

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.3.1 Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Tabela 74 - Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez até aos 15, 18, 20, 22, 25 anos e idade mediana na primeira união, por grupos etários

Grupo etário	Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez antes das idades específicas de:					Percentagem de solteiras (os)	Efetivo	Idade mediana na 1ª união
	15	18	20	22	25			
15-19	0,4	na	na	na	na	92,8	989	a
20-24	1,8	8,4	18,0	na	na	68,4	961	a
25-29	1,9	11,2	20,3	30,8	44,6	48,1	941	a
30-34	3,0	15,4	25,8	32,6	46,1	27,5	763	25,8
35-39	2,1	14,5	27,5	36,5	49,8	18,7	620	25,1
40-44	3,5	14,8	26,8	39,6	49,9	21,1	572	25,0
45-49	2,3	14,0	24,3	36,3	46,2	19,5	506	26,1

Fonte: INE, IDSR-III – 2018



5 IGUALDADE DE GÉNERO

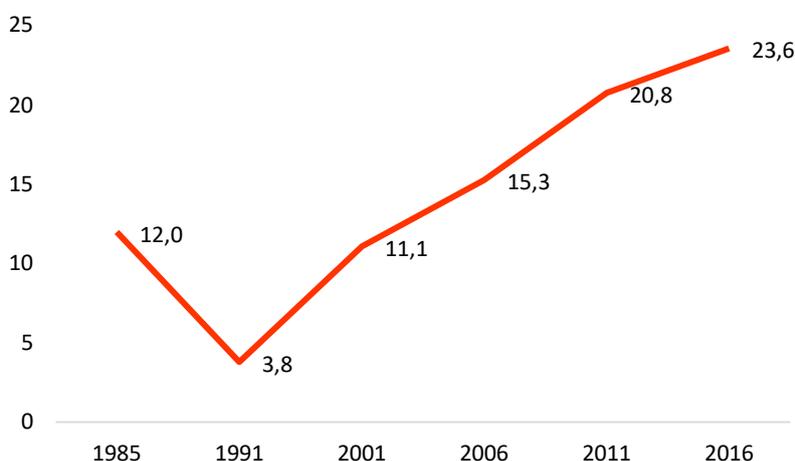
Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.5.1 Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.

A participação efetiva das mulheres na política cabo-verdiana (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016. Nota-se um aumento de cerca de 20 pontos percentuais entre 1991 e 2016, data da última eleição legislativa. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p, entre 1991 e 2016, passando de 3,8% a 23,6%.

Gráfico 30 - Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional



Fonte: Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género

Em relação aos assentos ocupados por mulheres nos governos locais (câmaras municipais e assembleias municipais) foram facultados somente dados referente ao ano de 2016, 26,3%.

Indicador 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção de mulheres que exercem funções de chefias tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2019, estima-se que 34,2% dos cargos de gestão, nomeadamente representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, e diretores de produção e serviços especializados, foram desempenhados por mulheres.

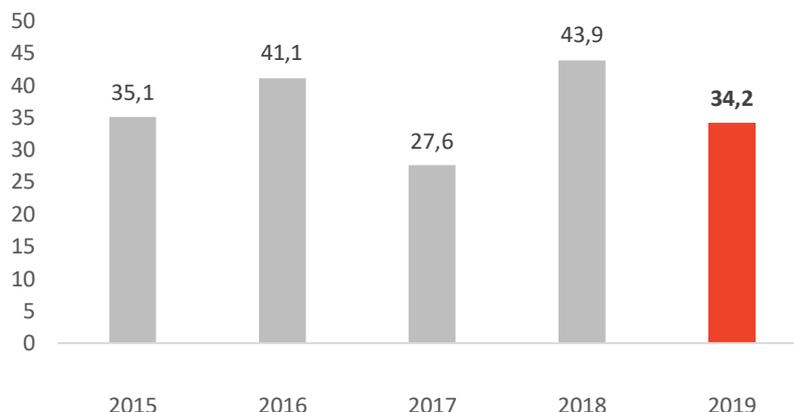


5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Gráfico 31 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão⁵



Fonte: INE – IMC, estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 5.a.1 (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo.

Em 2015, os proprietários ou com direitos de posse das terras agrícolas representavam 18,6% da população agrícola. Em relação ao género, as mulheres proprietárias representavam 16,7% do universo de mulheres agricultoras, enquanto os homens representavam 20,6%.

Tabela 75 - Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas - 2015

Sexo	%
Masculino	20,6
Feminino	16,7
Total	18,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em 2015, Cabo Verde tinha 33 897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15 494 eram do sexo feminino e 18 403 do masculino, representado, assim, 54,3% e 45,7% respetivamente.

Tabela 76 - População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015

Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
Total	33 897	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

⁵ Profissões dos grupos 11, 12, 13 da CIP-08



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas.

De acordo com a tabela 77, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

Tabela 77 - Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas, segundo sexo, 2015

Forma de exploração	Sexo	
	Masculino	Feminino
Conta Própria	53,4	46,6
Parceria	62,5	37,5
Renda	48,7	51,3
Usufruto	54,5	45,5
Comodato	53,1	46,9
Aforamento	61,0	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.b.1 Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Quanto à proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, os dados indicam que, de 2015 a 2019, houve um acréscimo de 1,7 p.p. em relação aos homens e 2,6 p.p às mulheres.

Tabela 78 - Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2015	70,8	68,2
2016	73,7	71,2
2017	74,7	73,8
2018	70,8	70,0
2019	72,5	70,8

Fonte: INE – IMC - Acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação



OBJETIVO 17:

Plena igualdade de gênero em todas as esferas da vida



OBEJETIVO 17 – PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA

O objetivo 17 da Agenda 2063 para África visa garantir plena igualdade do gênero em todas as esferas da vida, nas quais foram definidos como áreas prioritárias a capacitação da mulher e meninas, a violência e discriminação contra elas.

Alguns indicadores desse objetivo estão alinhados com os indicadores do **ODS 5 - Igualdade do Gênero** da agenda 2030, conforme o quadro seguinte.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 – ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
54	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo	5.a.1	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo (ver tabela 75)
55	Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional	5.5.1	Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais (ver gráfico 30)
56	Proporção de mulheres e meninas objetos de violência sexual e física	5.2	Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência (ver tabela 73)

Indicador 58: Proporção de crianças registadas no 1º ano de nascimento

Conforme a tabela 79, pode-se verificar que em média, a proporção de crianças menores de 5 anos registadas no período 2014 – 2018 é sempre superior a 92%. Entretanto, os registos das crianças com 0 anos de idade são em média 88,2% em 2018. As crianças com 4 anos são aquelas com maior percentagem de registos em 2018 (96,0%).

Tabela 3- Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos

	Idade	2014	2015	2016	2017	2018
CABO VERDE	0 anos	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
	1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
	2 anos	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
	3 anos	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
	4 anos	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0
	Total < 5 anos		101,3	98,4	95,6	94,5

Fonte: INE, 2014 – 2018

Nota: A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Ano	Valor	OBJETIVO 18: JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS	Ano	Valor
Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo). Masculino (<i>Indicador 4.2.2</i>)	18/19	82,4			
Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo). Feminino (<i>Indicador 4.2.2</i>)	18/19	84,2			
Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização (<i>Indicador 4.5.1</i>)	18/19	0,92			
Índice de paridade da taxa bruta de Admissão (<i>Indicador 4.5.1</i>)	18/19	0,98			
Escolas com eletricidade (%) (<i>Indicador 4.a.1</i>)	2019	84,3			
Escolas com internet para fins pedagógicos (%) (<i>Indicador 4.a.1</i>)	2019	18,0			
Escolas com computadores para fins pedagógicos (%) (<i>Indicador 4.a.1</i>)	2019	32,2			
Escolas com acesso a água potável (%) (<i>Indicador 4.a.1</i>)	2019	97,0			
Escolas com instalações sanitárias (%) (<i>Indicador 4.a.1</i>)	2019	99,0			
Professor com formação na Educação pré-escolar (%) (<i>Indicador 4.c.1</i>)	18/19	31,2			
Professor com formação no Ensino Básico (%) (<i>Indicador 4.c.1</i>)	18/19	97,3			
Professor com formação no Ensino Secundário (%) (<i>Indicador 4.c.1</i>)	18/19	97,0			
ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO					
Proporção mulheres com idade entre 15–49 anos vítimas da violência sexual nos últimos 12 meses antes do inquérito (%) (<i>Ind.5.2.1</i>)	2018	3,4	Percentagem das crianças envolvidas no casamento infantil (<i>Indicador 59b</i>)	2018	0,003
Casamentos de mulheres com idade entre 16-17 anos de idade (nº) (<i>Indicador 5.3.1</i>)	2006 - 2018	83			
Mulheres com idade 14-17 anos declararam viver em união (%) (<i>Indicador 5.3.1</i>)	2018	1			
Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (%) (<i>Indicador 5.5.1</i>)	2019	23,6			
Proporção de mulheres eleitas nos órgãos de poder local (%) (<i>Indicador 5.5.1</i>)	2019	26,3			
Proporção de mulheres que ocupam cargos de gestão (%) (<i>Indicador 5.5.2</i>)	2019	34,2			
Proporção de população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas (%) (<i>Indicador 5.a.1</i>)	2015	18,6			
Proporção de população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas (%) sexo feminino (<i>Indicador 5.a.1(a)</i>)	2015	16,7			
População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, Homens (<i>Indicador 5.a.1(a)</i>)	2015	54,3			
População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, Mulheres (<i>Indicador 5.a.1(a)</i>)	2015	45,7			
Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por conta própria (<i>Indicador 5.a.1(b)</i>)	2015	46,6			
Proporção de mulheres de 10 anos ou mais com disponibilidade de telemóvel (%) (<i>Indicador 5.b.1</i>)	70,8	70,8			
Proporção de homens de 10 anos ou mais com disponibilidade de telemóvel (%) (<i>Indicador 5.b.1</i>)	72,5	72,5			



OBJETIVO 18:

Jovens e crianças engajados e capacitados



Nota: Os indicadores dos ODS 4 e 5 da agenda 2030, que estão alinhados com este objetivo, já foram elencados nas páginas 31 a 33 e 79 a 83, respetivamente, pelo que não serão descritos novamente.

OBJETIVO 18 ÁFRICA 2063 – JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS

O objetivo 18 da agenda 2063 para a África visa garantir que jovens e crianças sejam envolvidos e capacitados para uma África preocupada com o desenvolvimento das pessoas, particularmente das mulheres, dos jovens e de crianças cuidadas dignamente.

Os indicadores **59.a** - % de crianças envolvidas no trabalho infantil e **59.c** – Crianças vítimas de tráfico de pessoas em percentagem e **60** – Nível de implementação das disposições da Carta Africana da Juventude pelos Estados Membros não se dispõe de dados.

Para este indicador, apresenta-se somente a percentagem de crianças menores de 18 anos que casaram, tendo em conta que não existem dados das que vivem em relação conjugal.

Indicador 59b: % das crianças envolvidas no casamento infantil

Tabela 80 - Percentagem das crianças envolvidas no casamento infantil

	Ano do casamento				
	2014	2015	2016	2017	2018
Número de filhos casados com menos de 18 anos	3	3	9	3	6
Número total de crianças na população	185266	184445	183860	183464	183297
Proporção de filhos menores de 18 anos que são casados	0,002	0,002	0,005	0,002	0,003

Fonte: INE, Estatísticas Vitais, 2018

Nota: não inclui viver em uma relação conjugal

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO	Ano	Valor	OBJETIVO 19: ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E COEXISTÊNCIA PACÍFICA	Ano	Valor
Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (Indicador 17.1.1)	2018	22,0 ^P	Disponibilidade de legislação estatística que cumpra os princípios fundamentais das estatísticas oficiais. (Indicador 61 ^a)	Lei n.º 48/IX/2019	Sim
Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente (%) (Indicador 17.1.2)	2018	83,7 ^P	Existência de disposições institucionais formais para a coordenação da compilação de estatísticas oficiais. (Indicador 62)	Lei n.º 48/IX/2019	Sim
Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (Indicador 17.3.1)	2018	6,6			
Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB (Indicador 17.3.1)	2018	5 ^P			
Remessas de Emigrantes em % do PIB (Indicador 17.3.2)	2018	11,3			
Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços (Indicador 17.4.1)	2018	5,9			
Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%) (Indicador 17.6.1)	2018	2,9			
População que usou internet nos últimos três meses (%) (Indicador 17.8.1)	2018	58,2			
Ajuda Pública ao Desenvolvimento em US\$ (milhões) (Indicador 17.9.1)	2018	131			
Exportação de mercadorias (em milhões ECV) (Indicador 17.11.1)	2018	7 060			
Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV) (Indicador 17.11.1)	2018	64 549			



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal, em 2019, foi de cerca de 21,5% do Produto Interno Bruto, tendo sido em 2018, de 22,1%. Constata-se que, entre 2014 e 2019, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado entre alta e baixa. Para este indicador, apresenta-se apenas o total de receitas fiscais em percentagem do PIB.

Tabela 81- Total das receitas fiscais em percentagem do PIB

Ano	%
2015	20,6
2016	19,5
2017	20,7
2018	22,1 ^P
2019	21,5 ^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério de Finanças

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com dados da tabela 82, a percentagem do orçamento do Estado, financiado por impostos cobrados internamente, foi de 68,5%, em 2019, tendo diminuído 3,7 p.p. face a 2018.

Tabela 82 - Percentagem do orçamento de Estado financiada por impostos cobrados internamente

Ano	%
2015	60,8%
2016	65,6%
2017	65,4%
2018	72,2
2019	68,5 ^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério de Finanças



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 8,9% em 2019, tendo aumentado 1,8 p.p. face a 2018.

Tabela 83 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB

Ano	%
2015	12,5
2016	7,2
2017	9,9
2018	7,1
2019	8,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB foi de 5,3%, valor inferior ao registado em 2018 (5,5%). Nota-se uma tendência decrescente deste indicador a partir de 2016.

Tabela 84 - Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB

Ano	%
2015	7,3
2016	7,6
2017	6,3
2018	5,5
2019	5,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

As remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB nos últimos três anos.

Tabela 85 - Remessas de Emigrantes em % do PIB

Ano	%
2015	12,5
2016	11,9
2017	11,2
2018	10,9
2019	11,0

Fonte: Banco de Cabo Verde



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, oscilou entre 6,0% e 6,4% no período de 2015 a 2019. Entretanto, nota-se um ligeiro aumento em 2019 relativamente ao ano anterior.

Tabela 86 - Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços

Ano	%
2015	6,3
2016	6,1
2017	6,4
2018	6,0
2019	6,1

Fonte: Ministério das Finanças

Indicador 17.6.1. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

As informações disponíveis mostram que as subscrições da Internet por banda larga, de rede fixa, por 100 habitantes, passaram de 2,9%, em 2015, para 3,2% em 2019, tendo registado o mesmo aumento (0,3 p.p) em 2019 face a 2018.

Tabela 87- Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação

Ano	%
2015	2,9
2016	2,7
2017	2,7
2018	2,9
2019	3,2

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de 61% da população de 10 anos ou mais declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Tabela 88 - Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses (2019)

	Grupo etário análise (em anos)						
	Total	10-14	15-24	25-34	35-64	65-74	75 ou mais
Cabo Verde	61,9	31,5	79,9	83,7	57,0	25,7	7,9
Sexo							
Masculino	62,9	31,8	76,5	81,7	58,9	40,0	13,5
Feminino	61,0	31,1	83,5	86,0	55,2	14,2	4,5

Fonte: INE, Inquérito Multiobjetivo Contínuo

Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento passou de 197 milhões de dólares, em 2015, para 177 milhões de dólares, em 2019, traduzindo-se numa diminuição de 10,2%. Entretanto, nota-se uma tendência crescente nos dois últimos anos.

Tabela 89 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões)

Ano	Milhões de USD
2015	197
2016	114
2017	186
2018	136
2019	177

Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Apesar de ser um indicador global para análise comparativa entre os países, apresentam-se, de seguida, os dados relativos às exportações de bens e serviços para o caso de Cabo Verde.

Tabela 90- Exportação de mercadorias (em milhões ECV)

Ano	Valor em milhões ECV
2015	6 644
2016	5 973
2017	4 892
2018	7 060
2019	6 071

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Tabela 91 - Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV)

Ano	Valor em milhões de ECV
2015	49878
2016	55897
2017	59152
2018	64352
2019	72710

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Tabela 92 - Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Contas Nacionais, Preços e Emprego							
Produto Interno Bruto ¹	taxa de crescimento real em %	0,6	1,0	4,7	3,7	4,5	5,7
Inflação Média Anual	taxa variação em %	-0,2	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1
Inflação Homóloga	taxa variação de dezembro em %	-0,4	-0,5	-0,3	0,3	0,9	1,9
Taxa de Desemprego	em % da população ativa	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3
Sector Monetário e Financeiro							
Massa Monetária	taxa variação em %	7,8	5,9	8,4	6,6	1,7	8,1
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,5	24,8
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2,8	2,2	3,7	6,3	2,8	-1,8
Crédito à Economia ²	em % do PIB	61,1	61,1	60,6	62,3	60,4	59,0
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	85,6	88,6	92,9	95,3	91,7	94,5
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	30,4	31,4	31,5	29,9	27,8	27,6
Taxas de Câmbio							
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104,5	102,4	102,7	103,0	103,5	102,9
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	114,0	131,8	129,7	128,7	128,6	127,4
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83,1	99,4	99,7	97,9	93,4	98,5
Sector Externo							
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-8,6	-2,2	-3,1	-6,9	-4,2	0,3
Balança Corrente	em % do PIB	-9,0	-3,4	-3,8	-7,8	-5,0	-0,2
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	20,8	20,6	22,0	24,0	25,1	25,6
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	10,5	12,5	11,8	11,3	10,9	11,1
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	9,7	6,0	7,5	6,8	5,5	5,0
Reservas/Importações	meses	5,4	6,7	7,2	6,0	5,6	6,9
Finanças Públicas							
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1	-2,7	-1,8
Saldo Global Primário	em % do PIB	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1	0,7
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	89,0	97,0	95,7	94,1	91,4	90,6
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	26,9	29,0	32,0	32,7	33,4	34,1

Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)



OBJETIVO 19:

África como um parceiro importante em assuntos globais e coexistência pacífica



OBJETIVO 19 ÁFRICA - ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E CO-EXISTÊNCIA PACÍFICA

Indicador 61a: Disponibilidade de legislação estatística que cumpra os princípios fundamentais das estatísticas oficiais

A Lei n.º 35/VII/2009, de 2 de março, que estabelece os princípios e as normas por que se rege o Sistema Estatístico Nacional, que esteve em vigor até 18 de fevereiro de 2019, acolheu os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas nos seguintes artigos:

Princípio 1º (Relevância, Imparcialidade e Acesso Universal) - é acolhido, em parte, no artigo 5.º, n.º 1, alínea c).

Princípio 2º (Normas Profissionais e Ética) - é acolhido no artigo 20.º, alínea b)

Princípio 3º (Responsabilidade e Transparência) - é acolhido no artigo 6.º (Fiabilidade)

Princípio 4º (Prevenção de Uso Incorreto) - é acolhido no artigo 5.º (Independência), n.º 2.

Princípio 5º (Custo-benefício) - é acolhido no artigo 7.º (Racionalidade)

Princípio 6º (Sigilo) – é acolhido no artigo 10.º (Princípio do Segredo Estatístico)

Princípio 7º (Legislação) - O facto de a legislação do SEN ser publicada no Boletim Oficial assegura já, de algum modo, o acolhimento deste princípio, a que acresce a sua publicação no *site* do INE.

Princípio 8º (Coordenação Nacional) - é acolhido no artigo 12.º (Coordenação estatística)

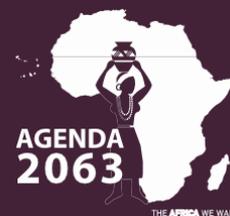
Princípio 9º (Padrões Internacionais) - é acolhido nos artigos 3.º, alínea a), e 11.º (Qualidade).

Princípio 10º (Cooperação Internacional) - artigo 20.º, alínea k), ao atribuir ao CNEST a competência para “Emitir parecer sobre os projetos de programas anuais de cooperação estatística dos Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, visando a sua integração.”



OBJETIVO 19:

África como um parceiro importante em assuntos globais e coexistência pacífica



A referida Lei foi revogada pela Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro – que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional.

Indicador 62: Existência de disposições institucionais formais para a coordenação da compilação de estatísticas oficiais

A atividade estatística oficial em Cabo Verde (designadamente a produção e difusão de estatísticas oficiais) é exercida pelo Sistema Estatístico Nacional (SEN) (definido como sendo “o conjunto orgânico integrado pelas entidades públicas aos quais compete o exercício da atividade estatística oficial de interesse nacional”).

- O SEN é regulado pela Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro [que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do SEN] – 1º componente
- O Conselho Nacional de Estatística é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN [artigo 16.º e ss.] – 2º componente
- O Instituto Nacional de Estatística é o órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, tendo como atribuições o exercício de funções de conceção, recolha, processamento, apuramento, análise, difusão e coordenação de dados estatísticos oficiais que interessam ao país. [artigo 24.º e 26.º] – 3º componente.

SÍNTESE DE INDICADORES



OBJETIVOS 2030



OBJETIVOS 2063



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	Ano	Valor	OBJETIVO 20: A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR DO SEU DESENVOLVIMENTO	Ano	Valor
Despesa média anual, por pessoa no agregado (ECV) (Indicador 10.1.1)	2015	166 219	Proporção das despesas de desenvolvimento pagas pelos mercados financeiros nacionais (Indicador 63)	2019	22,1
População que vive em agregados familiares com despesa média anual <i>per capita</i> inferior a 60% da despesa mediana <i>per capita</i> (%) (Indicador 10.2.1)	2015	23,8	Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (Indicador 64)	2019	21,5
População que vive em agregados familiares com despesa média anual <i>per capita</i> inferior a 40% da despesa mediana <i>per capita</i> (%) (Indicador 10.2.1)	2015	9,6	Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do orçamento do estado (Indicador 65)	2019	28,0
População que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses (%) (Indicador 10.3.1)	2016	31,7			
Ajuda pública ao Desenvolvimento (Fluxos em milhões de CVE) (Indicador 10.a.1)	2019	17 411			
Investimento Direto Estrangeiro no País (Fluxos em milhões de CVE) (Indicador 10.a.1)	2019	10 375			
Remessas de emigrantes (Indicador 10.a.1)	2019	21 562			
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO					
Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (Indicador 17.1.1)	2018	22,0 ^P			
Orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente (%) (Indicador 17.1.2)	2018	83,7 ^P			
Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (Indicador 17.3.1)	2018	6,6			
Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB (Indicador 17.3.1)	2018	5 ^P			
Remessas de Emigrantes em % do PIB (Indicador 17.3.2)	2018	11,3			
Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços (Indicador 17.4.1)	2018	5,9			
Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%) (Indicador 17.6.1)	2018	2,9			
População que usou internet nos últimos três meses (%) (Indicador 17.8.1)	2018	58,2			
Ajuda Pública ao Desenvolvimento em US\$ (milhões) (Indicador 17.9.1)	2018	131			
Exportação de mercadorias (em milhões ECV) (Indicador 17.11.1)	2018	7 060			
Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV) (Indicador 17.11.1)	2018	64 549			



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento *per capita* dos 40% da população com menores recursos e a população total.

Durante o ano de 2015, as despesas de consumo de bens e serviços dos 127 333 agregados familiares cabo-verdianos atingiram cerca de 85 milhões de contos, montante equivalente a uma despesa média anual por agregado de 667 291 escudos e de 166 219 escudos por pessoa, no agregado. A taxa de crescimento das despesas médias anuais *per capita*, face ao último inquérito realizado em 2001/2002, foi de 4,1%. Entre a população mais vulnerável regista-se um aumento das despesas médias anuais *per capita* de 5,5% no primeiro quintil e de 4,5% no segundo quintil.

Tabela 93 - Evolução da despesa anual média *per capita* no agregado, segundo o quintil das despesas

	Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	(ECV) 2001/02	2015	TCA (%) 2002 - 2015
Cabo Verde	98 719	166 219	4,1
Quintil			
primeiro quintil	23 471	47 036	5,5
segundo quintil	45 509	80 855	4,5
terceiro quintil	72 624	118 922	3,9
quarto quintil	121 457	179 587	3,1
quinto quintil	378 065	405 007	0,5

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002 e 2015

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Em 2015, cerca de 23,8% da população de Cabo Verde (121 897 pessoas) viviam em agregados cuja despesa média anual *per capita* era inferior a 60% da despesa mediana anual *per capita*, e 9,6% (49 134) abaixo dos 40% da despesa mediana anual *per capita* registada no âmbito do último inquérito às despesas e receitas familiares.



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Tabela 94 - Proporção da população que vive em agregados familiares com uma despesa média anual per capita inferior a 60% e a 40% da despesa mediana per capita, por meio de residência, sexo e grupo etário (2015)

	Valor correspondente a:	
	60% da despesa mediana anual per capita	40% da despesa mediana anual per capita
Cabo Verde	23,8	9,6
Meio de residência		
Urbano	14,8	4,4
Rural	40,2	19,0
Sexo		
Masculino	23,2	9,4
Feminino	24,5	9,8
Grupo Etário		
0-4	31,3	13,9
5-14	30,1	12,7
15-24	25,6	10,4
25-34	17,9	7,0
35-64	19,2	6,9
65 anos ou mais	18,9	7,7

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 10.3.1. Proporção da população que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada, nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportou ter sido discriminada foi de 31,7%.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 16,2% em 2018, com uma redução face a 2017 na ordem de 1,1 pontos percentuais.

Tabela 95 - Indicadores de solidez financeira (%)

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Rácio de Solvabilidade	15,6	16,1	15,5	17,3	16,2
Imparidade	67,4	63,5	63,2	64,7	65,9
Ativos Ponderados pelo Risco	14,4	14,8	15,5	16,4	16,1

Fonte: Banco de Cabo Verde



10 REDUÇÃO DAS DESIGALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicadas às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero

Tabela 96 - Importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento
(Fluxos em milhões de CVE)

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
Ajuda Pública ao Desenvolvimento	19 872	12 002	17 213	13 059	17 411
Investimento Direto Estrangeiro no País.	11 507	12 559	10 867	10 048	10 375
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	19 819	19 717	19 433	20 067	21 562

Fonte: Banco de Cabo Verde



OBJETIVO 20:

África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu desenvolvimento



Nota: Os indicadores do ODS 17 da agenda 2030 não serão retratados neste capítulo, visto que já foram descritos nas páginas 88 a 92.

OBJETIVO 20 ÁFRICA 2063 – A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO

Indicador 63: Percentagem de despesas de desenvolvimento pagas pelos mercados financeiros nacionais

Conforme os dados do Ministério das Finanças, em 2019, 21,1% das despesas de desenvolvimento foram pagas pelo mercado financeiro nacional, tendo registado um aumento de 0,4 ponto percentual face ao ano anterior.

Tabela 97 - Despesas de desenvolvimento pagas pelos mercados financeiros nacionais (%)

Ano	%
2015	18,5
2016	24
2017	13,8
2018	21,7
2019	22,1

Fonte: Ministério das finanças

Indicador 64: Receitas fiscais como % PIB

A receita fiscal, em 2019, foi de 21,5% do Produto Interno Bruto, tendo diminuído 0,6 pontos percentuais face a 2018. Consta-se ainda que entre 2015 e 2019, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado entre alta e baixa.

Tabela 98 - Total das receitas fiscais em percentagem do PIB

Ano	%
2015	20,6
2016	19,5
2017	20,7
2018	22,1 ^P
2019	21,5 ^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério de Finanças



OBJETIVO 20:

África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu desenvolvimento



Indicador 65: Ajuda ao desenvolvimento como percentagem do orçamento de Estado

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do orçamento do Estado, tem oscilado entre 16,6% e 33,3% no período de 2015 a 2019, tendo aumentado 11,4 pontos percentuais em 2019 face a 2018.

Tabela 99 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do orçamento do Estado

Ano	%
2015	33,3
2016	23,2
2017	29,8
2018	16,6
2019	28,0

Fonte: Ministério de Finanças



OBJETIVOS SEM ALINHAMENTO:

Neste capítulo, serão apresentados os objetivos tanto das agendas 2030, como de 2063 sem alinhamento, nomeadamente ODS 12 e os objetivos 10 e 11 da agenda 2063 para África.

ODS 12 - ASSEGURAR PADRÕES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Indicador Global 12.4.1. Número de parceiros em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos no domínio do ambiente que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante.

A tabela 100 traduz o cálculo do “Country Score” (CS) por cada convenção que compõe o indicador e da qual Cabo Verde já é parte. Para o cálculo do indicador foram levadas em conta as quatro (4) convenções já ratificadas por Cabo Verde. Neste sentido, não se incluiu a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, na medida em que o processo de adesão pelo país a esta convenção está em curso, mas ainda não foi ratificado. A partir das pontuações, pode se inferir de forma bem evidente que o país tem cumprido praticamente na plenitude as suas obrigações decorrentes da ratificação das Convenções de Basileia, Roterdão, Estocolmo e no âmbito do Protocolo de Montreal, conforme as exigências estabelecidas para a avaliação do indicador. Através de uma comparação entre o total de pontos previstos por convenção e o total de pontos atingidos, pode se fazer uma leitura objetiva do grau de cumprimento dos requisitos exigidos. A comparação relativa entre a pontuação global (soma das pontuações alcançadas por cada convenção), num total de 32,4 pontos, e a pontuação atingida no valor de 32,0 pontos, explicita de forma nítida o pleno alinhamento do país face às suas obrigações.

Tabela 100 - Pontuação global do indicador

Convenção	Total máximo de pontos previsto por convenção	Total pontos atingidos por convenção	CS (*)
Convenção de Basileia	6	6	1
Convenção de Roterdão	2,4	2	1,2
Convenção de Estocolmo	3	3	1
Protocolo de Montreal	21	21	1
Pontuação global convenções (previsto e atingido)	32,4	32,0	4,2
CS global convenções/nº convenções (4,2/4)			1,05

(*) O CS é calculado como o número total de pontos para o país dividido pelo total de pontos possíveis por cada convenção

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



OBJETIVO 10 ÁFRICA 2063 – ÁFRICA COM INFRAESTRUTURA CRUZADAS DE CLASSE MUNDIAL

Indicador 43: Número de megawatts adicionado à rede nacional

Tabela 101- Número de megawatts adicionado à rede nacional

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de megawatts	419 535	443 932	490 882	493 356	507 247

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 44: Proporção da população que usa telemóvel

Este indicador refere-se ao número de pessoas portadoras de um telemóvel em percentagem da população com mais de 15 anos. Segundo os dados da tabela 102, o número de pessoas que utilizavam um telemóvel em 2018 representa 77,3% da população com mais de 15 anos, tendo aumentado em 2 p.p em 2019.

Tabela 102 - Proporção da população que usa telemóvel (%)

Indicador	2016	2017	2018	2019
% da população que usa telemóvel	79,3	81,2	77,3	79,3

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Tabela 103 - População com mais de 15 anos que usa telemóvel, segundo meio de residência e sexo

População	2016	2017	2018	2019
População com mais de 15 anos que usa telemóvel	298 937	311 524	301 282	313 597
Total da população com mais de 15 anos	376 959	383 489	389 706	395 682
Urbano	216 026	223 613	215 052	224 362
Total da população Urbano com mais de 15 anos	254 835	261 563	266 217	268 172
Rural	82 911	87 911	86 230	89 235
Total da população Rural com mais de 15 anos	122 125	121 926	123 489	127 510
Homens com mais de 15 anos que usa telemóvel	151 189	156 999	151 368	158 272
Total da população Homens com mais de 15 anos	185 679	189 850	193 158	195 477
Mulheres com mais de 15 anos que usa telemóvel	147 748	154 526	149 914	155 325
Total da população Mulheres com mais de 15 anos	191 280	193 639	196 548	200 205

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



OBJETIVO 11:

Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos



OBJETIVO 11 ÁFRICA 2063 – VALORES DEMOCRÁTICOS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DOS DIREITOS HUMANOS, DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO BEM ESTABELECIDOS

De acordo com os dados da tabela 104, mais de metade (57,8%) das pessoas acreditam que há liberdade de imprensa em Cabo Verde, tendo essa percepção aumentado em 2,9 pontos percentuais em 2016. Esta percepção é maior no meio rural (66,7%) e entre as mulheres (58,9%). Estes dados indicam que a percepção sobre a liberdade de imprensa aumenta de forma proporcional com a idade.

Indicador 47: Percentagem de pessoas que perceberam que há liberdade de imprensa em Cabo Verde

Tabela 104 - Percentagem de pessoas que perceberam que há liberdade de imprensa em Cabo Verde

	2013	2016
Total	54,9	57,8
Urbano	53,3	53,8
Rural	58,1	66,7
Homem	55,9	56,6
Mulher	53,8	58,9
Grupo etário		
18 -24	45,4	51,3
25 - 34	51,5	54,0
35 - 44	58,3	57,7
45 - 54	62,2	60,5
55 e+	65,8	65,4

Fonte: INE-IMC - SHaSA GPS

Indicador 48: Percentagem de pessoas que acreditam que as eleições são livres, justas e transparentes em Cabo Verde

Em 2016, 55,7% das pessoas acreditam que as eleições em Cabo Verde foram livres, justas e transparentes. Em termos evolutivos, observa-se que esta percepção aumentou 3,7 pontos percentuais face a 2013. As mulheres e as pessoas, que vivem no meio urbano, são aquelas que mais acreditam na justeza ou transparência dessas eleições. As pessoas com 45 ou mais anos de idade, são aquelas com melhor percepção sobre essas eleições.



OBJETIVO 11:

Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos



Tabela 105- Percentagem de Pessoas que acreditam que as eleições são livres, justas e transparentes em Cabo Verde

	2013	2016
Total	52,0	55,7
Urbano	55,0	56,2
Rural	45,9	54,6
Homem	50,6	53,8
Mulher	53,5	57,6
Grupo etário		
18 -24	47,4	54,5
25 - 34	47,2	52,6
35 - 44	53,6	53,7
45 - 54	57,7	54,6
55 e+	60,6	63,4

Fonte: INE-IMC - SHaSA GPS

OBJETIVOS NÃO APLICÁVEL A CABO VERDE:

Alguns objetivos da agenda 2063 para África não foram abordadas neste relatório, visto que não se aplicam para o caso de Cabo Verde, nomeadamente:

Objetivo 8: Estados Unidos da África (Federais ou Confederados)

Indicador 36.a - Número de barreiras não tarifárias relatadas (NTBs)

Indicador 36.b - Número de barreiras não tarifárias (NTBs) eliminadas

Indicador 37 - Mudança no volume do comércio intra-africano por ano

Objetivo 9: Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais

Indicador 38.a - Número de Estados Membros que ratificaram a Área de Livre Comércio Continental (ALCC)

Indicador 38.b - Número de Estados-Membros que submeteram a ZCLC

Indicador 39 - Número de países que ratificaram o Protocolo que estabelece o Fundo Monetário da União Africana

Objetivo 13: Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade;

Indicador 50 - Mortes relacionadas a conflitos por 100.000 habitantes.

Objetivo 14: Uma África Estável e Pacífica;

Indicador 51 - Número de conflitos armados.

Objetivo 15: Uma Arquitetura de Paz e Segurança (APSA) totalmente funcional e operacional.

Indicador 52a - Existência de um Conselho Nacional de Paz;

Indicador 52b - Número de diálogos nacionais realizados.



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2019

AGENDA 2030 / 2063